



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

ELIVÂNIA FERREIRA DA COSTA

**DESCORTINANDO A EVASÃO ESCOLAR: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL
DE PERNAMBUCO - *CAMPUS* VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

**RECIFE
2018**

ELIVÂNIA FERREIRA DA COSTA

**DESCORTINANDO A EVASÃO ESCOLAR: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL
DE PERNAMBUCO - *CAMPUS* VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre (a) Profissional em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho.

**RECIFE
2018**

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

- C837d Costa, Elivânia Ferreira da.
Descortinando a evasão escolar : o caso do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Vitória de Santo Antão / Elivânia Ferreira da Costa. – 2018.
105 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador : Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho.
Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2018.
Inclui referências, apêndices e anexos.
1. Política pública. 2. Escolas técnicas. 3. Ensino profissional. 4. Evasão escolar. I. Figueiredo Filho, Dalson Britto (Orientador). II. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-208)

ELIVÂNIA FERREIRA DA COSTA

**DESCORTINANDO A EVASÃO ESCOLAR: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL
DE PERNAMBUCO - *CAMPUS* VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre (a) Profissional em Políticas Públicas.

Aprovada em 24/09/2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio. (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

À minha mãe (in memoriam)

Minha maior inspiração

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, meu agradecimento é dedicado a Deus por ter iluminado o meu caminho, guiado os meus passos e sendo a força da minha vida.

À minha querida e amada mãe Elsa Ferreira (in memoriam), meu amor eterno e incondicional, por ter lutado muito pela minha educação, apesar de tantas dificuldades. Graças a ela hoje estou podendo concluir um dos meus maiores sonhos.

A todos os meus familiares e amigos, especialmente, a minha prima Ismaela Melo, pela colaboração durante a fase da qualificação, sua ajuda foi imprescindível.

Às irmãs que Deus colocou em minha vida e escolhi para conviver. A distância não nos separa: Ana Sá e Fabiana Costa. Agradeço muito pelo apoio, incentivo, pelo ombro amigo nos momentos de tristeza decorrentes da perda de minha mãe logo no início das aulas do mestrado e, principalmente, pela ajuda nos longos dias de estudo e produção para a efetivação deste trabalho de pesquisa!

Aos professores João Pereira da Silva Filho e Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão pela orientação no momento do processo seletivo para ingresso no Mestrado.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, de maneira especial, ao Campus Vitória de Santo Antão.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho, pela paciência, por todo o conhecimento transmitido, pelo enorme entusiasmo pela Ciência Política que me contagiou, pela amizade e apoio em todos os momentos. Mais do que um orientador, um grande amigo.

Aos professores do Departamento de Ciência Política por todo aprendizado durante o período de realização das aulas.

Aos meus colegas de turma pelo companheirismo, amizade, atenção e carinho durante o cumprimento das disciplinas do curso. Especialmente, a Jadson Almeida pela colaboração nas minhas idas e vindas às aulas para cumprimento dos créditos.

Aos entrevistados que gentilmente se decidiram participar dessa pesquisa.

Com todos vocês, divido a alegria desta experiência.

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes (FREIRE, 2000, p.33).

RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados de um estudo de caso a respeito do fenômeno da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - *Campus* de Vitória de Santo Antão. O estudo justifica-se por possibilitar uma análise detalhada do processo de abandono escolar, contribuindo para a identificação dos principais fatores que explicam a quebra do vínculo educacional. Metodologicamente, o desenho de pesquisa adota uma abordagem mista a partir da integração de técnicas quantitativas e qualitativas. A primeira abordagem foi realizada através da análise estatística da evasão ocorrida no *Campus* Vitória de Santo Antão entre 2013 e 2017. A segunda teve por objetivo identificar a percepção da gestão, coordenadores dos cursos e discentes acerca da evasão nos Cursos Técnicos Subsequentes. Os resultados indicam maior evasão no curso de Agroindústria 43,41%, entre estudantes do sexo feminino. O ano e semestre com maior evasão foi em 2013.1, com 28 desistentes no Curso de Agroindústria. Na visão dos coordenadores, os principais motivos de evasão são: ingresso na universidade, trabalho, constituição de família, falta de identificação com o curso, dificuldades pessoais, dificuldade financeira e a faixa etária. Na percepção dos estudantes, os motivos que explicam a evasão são: ingresso na universidade, trabalho, doença e a faixa etária. Nesse sentido, é possível constatar alguns pontos de similaridade nas colocações apresentados pelos grupos entrevistados. Este trabalho contribui com o entendimento das motivações que levam os estudantes a deixarem seus cursos e pode fomentar a elaboração de políticas públicas especialmente desenhadas para minimizar o abandono escolar.

Palavras-chave: Evasão escolar. Educação profissional. Cursos técnicos subsequentes.

ABSTRACT

This dissertation presents the results of a case study about the phenomenon of school dropout at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - *Campus* de Vitória de Santo Antão. The study is justified by allowing a detailed analysis of the school drop-out process, contributing to the identification of the main factors that explain the breakdown of the educational link. Methodologically, the research design adopts a mixed approach based on the integration of quantitative and qualitative techniques. The first approach was performed through the statistical analysis of the evasion occurring *Campus* Vitória de Santo Antão between 2013 and 2017. The second objective was to identify the perception of management, course coordinators and students about evasion in the Subsequent Technical Courses. The results indicate a higher dropout in the Agroindustry course, 43.41% among female students. The year and semester with the greatest dropout was in 2013.1, with 28 dropouts in the Agroindústria. In the coordinators' view, the main reasons for avoidance are: university entrance, work, family constitution, lack of identification with the course, personal difficulties, financial difficulty and the age group. In the students' perception, the reasons explaining the evasion are: university entrance, work, illness and the age group. In this sense, it is possible to verify some points of similarity in the placements presented by the groups interviewed. This work contributes to the understanding of the motivations that lead the students to leave their courses and can foment the elaboration of public policies specially designed to minimize the school abandonment.

Key words: School evasion. Professional education.subsequent Technical courses.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - em unidades..... | 24 |
| Figura 2 - O <i>Campus</i> de Vitória de Santo Antão..... | 29 |
| Figura 3 - Fatores externos e internos que podem contribuir com a evasão escolar | 40 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Etnia dos Estudantes Evadidos (2013.1 - 2017.1) | 55 |
| Gráfico 2–Estado Civil dos Estudantes Evadidos (2013.1 - 2017.1) | 56 |
| Gráfico 3 - Taxa de evasão (%) dos alunos do IFPE <i>Campus</i> Vitória (2013.1 -2017.1)por semestre | 57 |
| Gráfico 4 - Porcentagem de evasão entre os gêneros no IFPE <i>Campus</i> Vitória (2013.1 a 2017.1) | 58 |
| Gráfico 5 - Porcentagem do total de evasão por gênero dos alunos do IFPE <i>Campus</i> Vitória (2013 – 2017.1) por curso | 59 |
| Gráfico 6 - Porcentagem do total de alunos evadidos por tipo de ingresso | 60 |
| Gráfico 7 - Porcentagem de cidades que apresentam maiores números de evasões (2013.1 - 2017.1)..... | 60 |
| Gráfico 8 - Motivo de evasão dos estudantes dos cursos subsequentes. | 64 |
| Gráfico 9 - Contemplação dos estudantes dos cursos subsequentes evadidos ao programa bolsa permanência..... | 67 |
| Gráfico 10 - Pretensão de voltar a estudar dos estudantes evadidos dos cursos subsequentes. | 71 |
| Gráfico 11 - Principais causas de evasão dos estudantes dos cursos subsequentes, apontadas pelos coordenadores dos cursos..... | 89 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Cursos ofertados pelo <i>Campus</i> de Vitória de Santo Antão | 30 |
| Quadro 2- Síntese da revisão da literatura sobre a evasão escolar na educação profissional... | 38 |
| Quadro 3 - Níveis e indicadores para compreender o fracasso escolar | 42 |
| Quadro 4-Síntese das fases do método de análise de conteúdo..... | 50 |
| Quadro 5- Perfil dos discentes evadidos que foram entrevistados | 52 |
| Quadro 6 - Análise categorial das entrevistas | 61 |
| Quadro 7 - Análise categorial das entrevistas dos coordenadores dos cursos subsequentes.... | 72 |
| Quadro 8 - Principais motivos de evasão apontados pelos estudantes e coordenadores entrevistados | 89 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Idade dos Estudantes Evadidos (2013.1 - 2017.1) | 54 |
| Tabela 2 - Estatística descritiva dos estudantes evadidos..... | 56 |
| Tabela 3 - Estatística descritiva da taxa de evadidos..... | 57 |
| Tabela 4 - Taxa de evasão do IFPE <i>Campus</i> Vitória de Santo Antão por curso(2013.1-2017.1) | 58 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CEFET-PE | Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco |
| CNPQ | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CONSUP | Conselho Superior |
| DAE | Diretoria de Assistência do Estudante |
| DCNE | Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio |
| EAFs | Escolas Agrotécnicas Federais |
| EPT | Educação Profissional e Tecnológica |
| IDEPE | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco |
| IFPE | Instituto Federal de Pernambuco |
| IFRN | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PEADS | Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável |
| PIBIC | Programa de Iniciação Científica |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PRODEN | Pró-Reitoria de Ensino |
| PROEJA | Programa de Educação de Jovens e Adultos |
| PROEP | Programa de Expansão da Educação Profissional |
| PROEP | Programa Expansão Rede Profissional |
| PROIFPE | Programa de Acesso, Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SERTA | Serviço de Tecnologia Alternativa |
| SETEC | Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica |
| SPSS | Statistical Package for the Social Sciences |
| TCU | Tribunal de Contas da União |

UNED

Unidades de Ensino Descentralizada

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 | A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL A PARTIR DA LEI DE DIRETRIZES E BASES 9.394/96 | 20 |
| 2.1 | BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL A PARTIR DA LDB 9.394/96..... | 20 |
| 2.2 | A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO..... | 22 |
| 2.3 | OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 23 |
| 2.4 | O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE)..... | 25 |
| 2.4.1 | O Campus de Vitória de Santo Antão do IFPE | 27 |
| 2.4.2 | Os Cursos Técnicos Subsequentes do IFPE – Campus de Vitória de Santo Antão | 29 |
| 3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 31 |
| 3.1 | EVASÃO ESCOLAR | 31 |
| 3.2 | EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL | 35 |
| 3.3 | AS MOTIVAÇÕES PARA O ABANDONO ESCOLAR..... | 39 |
| 3.3.1 | Contexto Socioeconômico e Contexto Familiar | 42 |
| 3.3.2 | Sistema Educacional e Escola | 43 |
| 3.3.3 | Aluno - Interesse, expectativas e perspectivas, adaptação | 43 |
| 3.4 | REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO | 44 |
| 4 | METODOLOGIA | 46 |
| 4.1 | CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA | 46 |
| 4.2 | PRIMEIRA FASE DA COLETA DE DADOS | 50 |
| 4.3 | SEGUNDA FASE DA COLETA DE DADOS | 51 |
| 5 | RESULTADOS | 54 |
| 5.1 | ANÁLISE QUANTITATIVA DA PESQUISA..... | 54 |
| 5.1.2 | Perfil social dos estudantes do IFPE <i>Campus</i> Vitória de Santo Antão | 54 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 5.2 | ANÁLISES DESCRITIVAS DA EVASÃO ESCOLAR DOS CURSOS SUBSEQUENTES DO <i>CAMPUS</i> VITÓRIA DE SANTO ANTÃO | 56 |
| 5.3 | ANÁLISE QUALITATIVA DA PESQUISA - ENTREVISTAS | 61 |
| 5.3.1 | Motivações da evasão no IFPE - Campus Vitória de Santo Antão | 61 |
| 5.3.2 | Categorias finais | 61 |
| 5.3.3 | Categorias intermediárias | 62 |
| 5.3.4 | Categorias iniciais | 62 |
| 5.4 | PERCEPÇÃO DA GESTÃO E COORDENADORES DE CURSO SOBRE AS CAUSAS DA EVASÃO NO IFPE – <i>CAMPUS</i> VITÓRIA DE SANTO ANTÃO..... | 71 |
| 5.4.1 | Categorias Finais | 72 |
| 5.4.2 | Categorias Intermediárias | 73 |
| 5.4.3 | Categorias Iniciais | 73 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 91 |
| | REFERÊNCIAS | 94 |
| | APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ALUNO EVADIDO..... | 102 |
| | APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – COORDENADOR DE CURSO E GESTOR | 104 |
| | ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO – ENTREVISTADO (A) | 105 |

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar um tema que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira [...] e ainda ocupa espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação (QUEIROZ, 2002). Autores como Azevedo (2006), Lüscher e Dore (2011) e Ferreira (2013) definem evasão como um problema complexo e multidimensional. Desse modo, identificar, analisar e compreender os fatores que influenciam os discentes no processo de abandono escolar poderá contribuir na propositura de ações que venham reduzir esse fenômeno.

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica¹ nº 9.394/ 96 e do novo Plano Nacional de Educação² 2014-2024 estabelecerem a garantia de acesso, permanência e êxito escolar, o Brasil ainda enfrenta um obstáculo quanto a essa questão, em especial no Ensino Médio e no Ensino Técnico Profissional. Uma parcela relevante de alunos não permanece nos bancos escolares, abandonam antes da conclusão desta etapa ou do curso escolhido (SOUZA, 2014). Em particular, de acordo com INEP³, a taxa de evasão foi de 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015.

Stoffel e Ziza (2014) descrevem que a evasão se apresenta no setor público num investimento sem o retorno esperado, nas particulares representa perda de recursos que poderiam ser aplicados na melhoria da qualidade do ensino. Em ambos os casos, traz consequências sociais, considerando que a escolarização influencia positivamente o desenvolvimento socioeconômico (STOFFEL; ZIZA, 2014).

Este contexto gerou uma inquietação em busca de respostas para entendimento do fenômeno da evasão, que originou o seguinte questionamento: quais os fatores que motivam os estudantes a desistirem dos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Pernambuco - *Campus* Vitória de Santo Antão? Para responder essa questão, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a evasão escolar nos Cursos Técnicos⁴ Subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Vitória de Santo Antão. E como

¹ Ver:< http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

² Ver:< <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

³ Ver:< http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206>. Acesso em: 14 de agosto de 2018.

⁴ Nesta pesquisa, optamos por não revisar a literatura sobre Políticas Públicas já que existem esforços semelhantes e seria redundante para o avanço da ciência.

objetivos específicos: estimar a taxa de evasão por curso; caracterizar o perfil dos estudantes evadidos; identificar a percepção dos gestores escolares sobre as principais causas da evasão e compreender as motivações que levam os alunos a abandonarem os estudos.

A escolha do *Campus Vitória*⁵ justifica-se pela importância da instituição como centro de referência em educação profissional, cujo objetivo é promover a inclusão do homem do campo no processo de educação profissionalizante. Além disso, o *Campus Vitória* direciona seu ensino de acordo com as demandas indicadas pela realidade local, buscando ofertar cursos em diferentes níveis de ensino. Dessa forma, os cursos técnicos subsequentes surgem como instrumento efetivo para formar profissionais qualificados para se inserir no mercado de trabalho mais rapidamente, tendo em vista que são cursos de pouca duração e de caráter inteiramente profissional. Além disso, o interesse em realizar essa pesquisa surgiu pelo trabalho realizado pela autora da pesquisa na Coordenação de Registros Escolares da instituição, há praticamente dez anos, onde se percebeu um esvaziamento das turmas dos cursos técnicos supracitados durante o ano letivo. Em consequência, o Mestrado Profissional em Políticas Públicas, além de possibilitar o estudo aprofundado de um problema real dentro da instituição, proporcionará um olhar diferenciado no sentido de contribuir com a melhoria dos processos acadêmicos que acontecem ao longo do período letivo.

Somando-se a isso, essa pesquisa tem a vantagem de adotar uma abordagem metodológica baseada nos métodos mistos, partindo do pressuposto que são poucos os trabalhos que integram técnicas quantitativas e qualitativas no mesmo desenho de pesquisa (WOOLLEY, 2008). Considerando tal fato, o estudo baseia-se na coleta de dados secundários realizados no sistema acadêmico do *Campus* e de entrevistas semiestruturadas realizadas com a gestão, coordenadores de curso e alunos evadidos cuja interpretação será feita pela análise de conteúdo de Bardin (2002). O período escolhido para realização da pesquisa que foi estabelecido a partir de 2013 e não antes, justamente porque, tendo sido o sistema acadêmico do *Campus* implantado em 2011, e os registros das turmas constantes nos anos de 2011 e 2012 não apresentavam as informações básicas necessárias para a realização do estudo em evidência.

Nesse sentido, esta pesquisa possibilitará uma análise mais detalhada do processo de abandono escolar, permitindo o esclarecimento para a comunidade acadêmica e para a própria instituição dos principais fatores que levam os estudantes a não permanecerem na instituição.

⁵Ver: < <http://www.ifpe.edu.br/campus/vitoria/cursos/tecnicos/subsequente/agricultura/projeto-pedagogico/PPCAGRICULTURASUBSEQUENTEVitriaAPROVADOPELOCONSUP1.pdf>>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

Dessa maneira, este estudo pode contribuir com o desenvolvimento de mecanismos de combate à evasão, que pode aumentar a eficiência do gasto público e ser o ponto inicial para o desenvolvimento de outras pesquisas na Instituição.

Para tanto, este trabalho está estruturado em quatro capítulos interdependentes e uma conclusão. No primeiro capítulo, apresentamos a Educação Profissional no Brasil a partir da LDB 9.394/96, enfocando o Breve histórico da educação profissional no Brasil a partir da LDB 9.394/96; A Expansão da Rede Federal de Educação; Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE); O Campus de Vitória de Santo Antão do IFPE; e Os Cursos Técnicos Subsequentes do IFPE – Campus de Vitória de Santo Antão.

O segundo capítulo retrata a fundamentação teórica que está subdividida em quatro tópicos: Evasão escolar; Sistema Educacional e Escola; Aluno - Interesse, expectativas e perspectivas, adaptação; As motivações para o abandono escolar; Reflexão sobre as consequências da evasão. O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa com o objetivo de aumentar a transparência e garantir a replicabilidade dos resultados (KING, 1995; PARANHOS et al, 2014; JANZ, 2015). O quarto apresenta o resultado das análises dos dados qualitativos e quantitativos. A última seção sintetiza nossas principais inferências e recomendações.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL A PARTIR DA LEI DE DIRETRIZES E BASES 9.394/96.

Neste capítulo, descrevemos o histórico da Educação Profissional a partir da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, enfocando a Expansão da Rede Federal de Educação e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Discorreremos, ainda, sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco e o Campus de Vitória de Santo Antão.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL A PARTIR DA LDB 9.394/96⁶

Nestes mais de 100 anos de existência, destacam-se alguns marcos históricos que caracterizaram o desenvolvimento da educação profissional no Brasil. Um deles diz respeito à aprovação da Lei 9.394 de 20 de novembro de 1996 que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, passando a educação profissional e tecnológica a integrar-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 1996). Superando assim enfoques de assistencialismo e de preconceito social presentes nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica a fim de se tornar um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais da sociedade (FIGUEIREDO, 2015).

Nesta Lei de Diretrizes e Bases, a Educação Profissional é tratada entre os artigos 39 e 42⁷. A Educação Profissional passou novamente por uma reforma e sua regulamentação foi

⁶ Ver: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 30 de julho 2018.

⁷ Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. § 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

dada pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997⁸. Essa modalidade de ensino passa a integrar diferentes formas de educação e trabalho à ciência e à tecnologia, com o objetivo de atender o aluno matriculado ou o egresso do ensino básico, do nível superior, bem como os trabalhadores em geral.

De acordo com Frigotto (2007), as reformas implantadas para a educação na década de 1990 não favorecem a universalização da educação básica, mas elas reproduzem a escola dual e confere a educação profissional a função apenas de formar um “cidadão produtivo” subordinado e moldado às necessidades do capital e do mercado. Em 2004, o Decreto 2.208/1997⁹ foi revogado, já sob o governo Lula. Nesse período, o Decreto 5.154/2004¹⁰ foi apresentado e, embora no início com caráter provisório, conservou regulamentando o ensino profissional do Brasil (DAL RI, 2012, p.15). Este Decreto manteve as ofertas de cursos técnicos nas modalidades concomitantes e subsequentes, trazendo também o ensino médio integrado à educação profissional, num esforço de alguns reformistas para vencer a clássica dicotomia entre conhecimentos específicos e gerais (JOHANN, 2012).

Significativa discussão sobre a educação profissional no Brasil pode ser encontrada no documento publicado pelo Ministério da Educação, em abril de 2004 intitulado: Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica (PPEPT). Nesse documento, a educação profissional passa a ser concebida como processo de construção social, que qualifica o cidadão e o educa “em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder” (BRASIL, 2004, p.8). E ressalva ainda:

o técnico não é simplesmente um fazedor de ações, cumpridor de ordens que acaba não raciocinando. Ele exerce a função tomando decisões, relacionando-se com seu superior, com seu colega e com seu subordinado, na execução de suas tarefas. Ou seja, trata-se de um ser reflexivo e crítico que possui funções instrumentais e intelectuais, dependendo da ação a ser tomada (BRASIL, 2004, p.8).

Nesse cenário de mudanças e de disputas, o governo realizou um calendário de conferências em nível estadual e nacional entre os anos de 2006 e início de 2007.

⁸ Segundo seu artigo 3º: A educação profissional compreende os seguintes níveis: I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto; III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997).

⁹ Ver: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Consulta em 01 de agosto de 2018.

¹⁰ Ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 01 de agosto de 2018.

Desconsiderando os acirrados debates ocorridos nas mesmas, bem como suas resoluções, o governo, através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)¹¹, estabelece a criação do IFETs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Estes foram instituídos por meio do Decreto nº 6.095¹², de 24 de abril de 2007 com o objetivo de serem instituições com caráter *multicampi* da estrutura organizacional, gestão orçamentária e financeira descentralizada, autônoma para criação e extinção de cursos, administradas por um Reitor, um Colégio de Dirigentes e um Conselho Superior, equiparadas às Universidades Federais, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em vários níveis e modalidades.

Diante desse contexto, vale salientar que a Política de Educação Profissional do MEC objetiva “[...] promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas” (BRASIL, 1997, p.34).

2.2 A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Desde a escola de aprendizes criada em 1909 até os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, já se passaram 100 anos de história da educação profissional e muitas foram as transformações, sejam elas de ordem política, estrutural ou pedagógica, para promover a melhoria do ensino e preparar as gerações para o desenvolvimento técnico-científico que o mundo vem vivenciando. Nesse sentido, a expansão da Rede Tecnológica de Ensino, cujo objetivo é proporcionar educação de qualidade e oportunizar aos menos favorecidos estudarem em Institutos Federais - que hoje são centros de referência educacional- faz parte do processo de revitalização que a educação brasileira vem vivendo (JOHANN, 2012).

Para reorganizar a educação brasileira, o governo brasileiro implantou, em 1997, o Programa de Reforma da Educação Profissional, chamado de Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. Esta foi uma iniciativa do MEC em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, que visava à modernização e a expansão do sistema da Educação Profissional, com o objetivo de desenvolver ações integradas da educação com o trabalho, a

¹¹Ver: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/27690/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>>. Acesso em 18 de maio 2018.

¹²Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

ciência e a tecnologia, em articulação com a sociedade, através da ampliação e diversificação da oferta de cursos e vagas, nos níveis básico, técnico e tecnológico (PROEP, 1997).

2.3 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Considerando o crescimento expressivo de escolas profissionais com o plano de expansão, surgiu a necessidade de uma nova institucionalidade, o que foi efetivado pela Lei n.º 11.892¹³, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ao todo, foram criados trinta e oito Institutos Federais, constituídos a partir da transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e suas Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDs) e pela integração de escolas agrotécnicas, escolas técnicas federais, escolas vinculadas às Universidades Federais e pelas novas escolas construídas no âmbito do plano de expansão da rede federal.

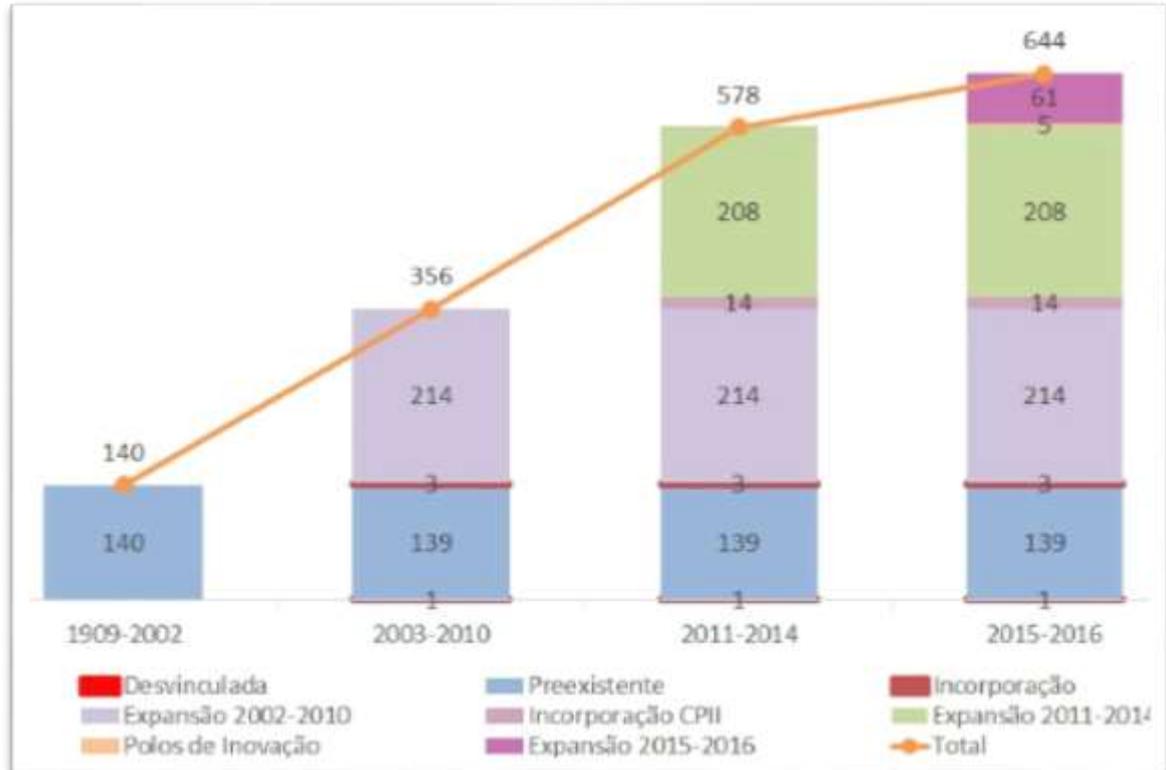
De acordo com o artigo 6º da Lei n.º 11.892, os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

¹³ Ver: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em 30 de julho 2018.

A rede Federal tem vivenciado nos últimos anos a maior expansão de sua história. No período de 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre os anos de 2003 e 2016 o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento. A figura 1 apresenta um panorama desses dados.

Figura 1 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - em unidades.



Fonte: Ministério da Educação e Cultura MEC¹⁴.

Assim, a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica proposta pelo governo do Presidente Lula com continuidade no governo de Dilma Rousseff ganhou grande repercussão quando essas políticas se ampliaram no âmbito de todo o território nacional. Como destaca Otranto (2010):

O Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira. Está produzindo mudanças altamente significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental. (2010, p. 89-110).

¹⁴ Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

Entre os benefícios da implantação dos IF's está a interiorização da educação técnica e superior, visto que antes dos Institutos tal nível educacional tinha concentração nas capitais e regiões metropolitanas, limitando assim o acesso e permanência dos estudantes do interior dos estados.

2.4 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE)

O IFPE é uma instituição especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica, nas suas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos através de práticas pedagógicas contextualizadas. É regido pela Lei n. 11.892/2008¹⁵ e pelas disposições de seu Estatuto, Regimento e Organização Acadêmica, além das legislações em vigor. As atividades desenvolvidas no Instituto são supervisionadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC (IFPE, 2015).

O IFPE atualmente é constituído por um total de 16 *campi*, a saber: os campi de Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão (antigas EAFs); os campi de Ipojuca e Pesqueira (antigas UNEDs do CEFET-PE); os campi de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns implantados na Expansão II da Rede Federal de Educação Profissional; além de mais sete *campi* implantados pela Expansão III, os quais estão funcionando em sedes provisórias – Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Palmares, Paulista, Olinda e Igarassu e o *campus* Recife (antiga sede do CEFET-PE), todos em funcionamento (IFPE, 2015).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFPE, 2015), a missão do IFPE é promover a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade (IFPE, 2015, p. 28).

O IFPE possui um conjunto de políticas de assistência estudantil, referenciadas em âmbito nacional pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)¹⁶. Tendo o programa como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e

¹⁵ Ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em 02 de agosto de 2018.

¹⁶ Ver: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O Instituto teve a Política de Assistência Estudantil¹⁷ aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP)¹⁸ através da Resolução nº 21/2012¹⁹, de 26 de março de 2012, e apresenta como objetivo: “ampliar as condições de permanência dos estudantes do IFPE, contribuindo para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, científicas, esportivas e culturais” (IFPE, 2012, p. 11).

A Política é direcionada aos discentes regularmente matriculados nos cursos e modalidades presenciais de ensino que sejam, prioritariamente, oriundos de escolas públicas, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, e/ou em situação de vulnerabilidade social. De modo igual, atinge estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (IFPE, 2012). São Programas Específicos da Política Estudantil o Bolsa Permanência, o Moradia Estudantil e Refeitório Estudantil, o Auxílio Financeiro, o Benefício Eventual, o Programa de Apoio à Participação em Eventos, o Programa de Apoio às Visitas Técnicas e o Programa de Assistência ao Estudante PROEJA (IFPE, 2012).

No entanto, nesta pesquisa será apresentado apenas o Bolsa Permanência por ter sido questionado sobre seu acesso junto aos entrevistados. O Programa citado consiste na concessão de auxílio financeiro com a finalidade de contribuir para a manutenção acadêmica dos estudantes. Conforme se encontra regulamentado no âmbito do IFPE (2013, Capítulo 1, art. 1)²⁰:

Art. 1º O Programa de Bolsa Permanência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) é um programa de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, regularmente matriculados nos cursos presenciais oferecidos pelo IFPE, que visa a contribuir para a permanência através de apoio financeiro, com vistas ao atendimento prioritário ao transporte, à alimentação, à moradia e à creche.

¹⁷ Ver: <https://www.ifpe.edu.br/Campus/paulista/assistencia-estudantil/politica-de-assistencia-estudantil-anexo-da-res-21_2012-proposta-da-politica-aprovada-pelo-consup-26_03_12.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2018.

¹⁸ Órgão máximo do IFPE de caráter consultivo e deliberativo. Presidido pelo reitor em exercício, cabe ao CONSUP aprovar as diretrizes de atuação do IFPE e deliberar sobre sua política educacional, programas e projetos institucionais, além de questões de âmbito administrativo. Ver: <<http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

¹⁹ Ver: <<http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucao-2012/res-021-2012-consup.pdf>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

²⁰ Ver: <<http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/assistencia-estudantil/bolsa-permanencia>>. Consulta em 01 de junho de 2018.

O acesso ao programa requer que o estudante se submeta a processo seletivo realizado por meio de edital. Geralmente, são publicados dois editais por ano para cada *Campi*. Sendo um no início do primeiro semestre letivo e outro no início do segundo. Como requisito para participar da seleção, é necessário que o estudante esteja matriculado em no mínimo três componentes curriculares e possua, prioritariamente, renda per capita não superior a um salário mínimo e meio.

2.4.1 O Campus de Vitória de Santo Antão do IFPE

O local escolhido para realização dessa pesquisa é o *Campus* de Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, antiga Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão, fundada em 2 de junho de 1954. Está localizada na zona rural da cidade de Vitória de Santo Antão, na mesorregião mata-centro do Estado de Pernambuco, onde ocupa uma área de 124 hectares.

O *Campus* Vitória vem passando por várias transformações ao longo desses 64 anos de existência, sobretudo no que diz respeito à sua denominação e missão, sendo a mais recente o processo de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que o define como uma instituição de educação superior, básica e profissional e especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Mesmo com a nova institucionalidade, o *Campus* Vitória mantém seu perfil agrícola, buscando promover a inclusão do homem do campo no processo de educação profissionalizante e na antiga missão de formar profissionais qualificados, competentes e capacitados. A estrutura física do *Campus* Vitória inclui laboratórios de pesquisa e de produção, auditório, biblioteca, refeitório, alojamentos, ginásio poliesportivo, salas de jogos, salas de aula, bloco administrativo, entre outros.

O IFPE – *Campus* de Vitória de Santo Antão orienta seu ensino conforme as demandas apresentadas pela realidade local, buscando ofertar cursos em diferentes níveis de ensino, contemplando cursos Técnicos Integrados e Subsequentes ao Ensino Médio, Cursos Técnicos na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e cursos Superiores de Licenciatura e Bacharelado.

O processo seletivo para o ingresso de alunos nos cursos Técnicos ofertados pelo IFPE, inclusive os Técnicos Subsequentes, foco de nosso estudo é realizado através do Vestibular Unificado, que de acordo com o Conselho Superior do IFPE, 25% das vagas são destinadas à

ampla concorrência cujos estudantes tenham estudado em Escolas da Rede Pública do Território Nacional e que sejam oriundos (as) do campo, que optem por cursos de vocação agrícola, enquanto que as vagas reservadas para cotistas serão destinadas para candidatos egressos de Escolas Públicas do Território Nacional, que o IFPE reserva no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total de vagas por curso/turno nas diversas modalidades de ensino, para alunos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental ou Médio, conforme o caso, em Escolas da Rede Pública do Território Nacional.

Além disso, para atender o Decreto nº 7.824/2012²¹ e a Portaria Normativa do MEC nº 18/2012²², publicados no DOU de 15/10/2012, que regulamenta a Lei nº 12.711/2012²³, será implementada a reserva de vagas destinadas a estudantes autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas e egressos(as) da rede pública de ensino, levando em conta também a renda familiar bruta per capita.

Caso necessário, podem ser realizados processos seletivos simplificados para preenchimento de vagas remanescentes que são consideradas matrículas especiais. Atualmente, o *Campus Vitória* (Figura 3) apresenta cerca de mil alunos matriculados, sendo um total de 120 vagas ofertadas semestralmente para os cursos subsequentes.

²¹ Ver: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

²²

Ver:<http://www.lex.com.br/legis_23866622_PORTARIA_NORMATIVA_N_18_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2012.aspx>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

²³ Ver:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

Figura 2 - O Campus de Vitória de Santo Antão



Fonte: Portal do IFPE (2018)

2.4.2 Os Cursos Técnicos Subsequentes do IFPE – Campus de Vitória de Santo Antão

Os Cursos Técnicos em Agroindústria, Agricultura e Zootecnia são oferecidos na modalidade subsequente pelo *Campus* Vitória de Santo Antão, conforme Resolução²⁴ n° 06, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, as exigências do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e as normas constantes na LDB 9.394/96²⁵.

O *Campus* Vitória de Santo Antão oferece educação profissional através de cursos técnicos integrados com o ensino médio e na forma subsequente, para os estudantes que já concluíram o nível médio. O *Campus* oferece ainda educação superior através do curso de Licenciatura em Química e de Bacharelado em Agronomia, o Técnico em Agricultura de Nível Médio é oferecido na modalidade integrado e o Técnico em Manutenção e Suporte em

²⁴ Ver:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11663>. Acesso em 02 de agosto de 2018.

²⁵ Ver:< http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

Informática na modalidade concomitante²⁶ na forma de Educação de Jovens e Adultos (ver Quadro 5).

Quadro 1 - Cursos ofertados pelo *Campus* de Vitória de Santo Antão

| Curso | Nível | Modalidade(s) |
|-------------------------------------|--------------|-----------------------|
| Agroindústria | Técnico | Integrado/Subsequente |
| Agropecuária | Técnico | Integrado |
| Agricultura | Técnico | Subsequente/Proeja |
| Zootecnia | Técnico | Subsequente |
| Manutenção e Suporte em Informática | Técnico | Proeja |
| Química | Superior | Licenciatura |
| Agronomia | Superior | Licenciatura |

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

²⁶Na modalidade concomitante, o estudante frequenta duas instituições distintas, cursando o nível técnico numa instituição e o ensino médio em outra.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo está dividido em quatro tópicos. Inicialmente, examinamos a literatura sobre a evasão escolar (contextos e conceituação), onde foram discutidas a evasão escolar na educação profissional e as motivações para o abandono escolar; além do contexto socioeconômico e contexto familiar; sistema Educacional e Escola; aluno - Interesse, expectativas e perspectivas, adaptação; e por último a reflexão sobre as consequências da evasão.

3.1 EVASÃO ESCOLAR

Avaliando, portanto, a magnitude do assunto, percebe-se como essencial o aprofundamento dos estudos que caracterizem o termo evasão, tendo em vista que muitos conceitos podem ser adotados para essa questão. Castro e Malacarne (2011) evidenciam que o termo evasão escolar é muitas vezes utilizado em vários contextos com diferentes significados.

A evasão escolar é tema de destaque na literatura que trata sobre as questões educacionais (SOUZA, 2014). Apesar dos debates ocorrerem com mais ênfase nos níveis Fundamental e Médio da Educação Básica (BORJA; MARTINS, 2014), essa problemática perpassa também o âmbito da Educação Profissional (FIGUEIREDO; SALLES, 2017). No entanto, ainda são poucas as pesquisas sobre a temática que aborda essa modalidade de ensino. Por exemplo, após terem feito uma rigorosa revisão da literatura sobre a evasão escolar no ensino técnico, Machado e Moreira (2010, p.5) reconheceram essa escassez afirmando que “são praticamente inexistentes os estudos sobre a evasão neste nível de ensino. [...] os estudos sobre a evasão contribuem para conhecermos os erros na formação do estudante”.

Queiroz (2011) relata que a evasão escolar não é um problema específico de uma ou algumas instituições escolares, mas sim um problema de âmbito nacional e que na atualidade se conjuntura com temas de debates de maior relevância como a questão do analfabetismo e a não valorização do profissional da educação. Por esse motivo, educadores e gestores educacionais vêm, cada vez mais, se preocupando com os números de alunos ingressantes, mas que no percurso, não permanecem na escola.

Na concepção de Shargel e Smink (2002), a definição do problema é o primeiro passo para a busca de sua solução, mesmo sendo um processo complexo, pois existem diversos tipos de evasão e diversas causas ligadas ao fenômeno do abandono escolar. Outras questões

destacadas como importantes pelos autores referem-se à necessidade de delineamento do perfil dos alunos e do conhecimento dos fatores relacionados às altas taxas de desistência escolar.

Para Dore e Lüscher (2011), a problemática da evasão escolar tem sido associada a situações diversas como a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição e do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino e o abandono da escola. Incluindo ainda, aqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, e ao estudante que concluiu um determinado nível de ensino, mas abandonou outro.

As autoras ainda ressaltam que a evasão escolar na educação básica se difere da ocorrida na educação superior pelo motivo da não obrigatoriedade deste determinado nível de ensino, e apresenta suas consequências,

[...] levando alguns pesquisadores do assunto a distinguir três dimensões conceituais indispensáveis à investigação do abandono escolar: níveis de escolaridade em que ela ocorre, como a educação obrigatória, a educação média ou a superior; tipos de evasão, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras; e as razões que motivam a evasão como a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais (DORE; LÜSCHER, 2011, p.150).

Compreendendo tal contexto, Castro e Malacarne (2011) expressam que diversas são as variações existentes para a conceituação da evasão escolar conforme o nível de ensino e enfatizam o quanto isso atrapalha na quantificação precisa dos casos e no entendimento dos reais motivos que influenciam o processo do abandono escolar. Na educação básica se entende por evasão apenas os casos nos quais os estudantes deixam de frequentar a sala de aula, desconsiderando demais situações de saída do aluno da escola.

Assim, no ensino superior a situação se repete e essa conceituação de evasão leva algumas instituições de ensino superior a não encararem esse problema quando, por exemplo, um aluno de um curso realiza desligamento daquele curso e volta a estudar em outros cursos por meio de transferências, casos não considerados como evasão. No entanto, sua vaga no curso de origem fica ocupada, provocando prejuízos ao aluno, à família, ao professor, à instituição de ensino e a toda sociedade.

Paiva (1998) destaca que as situações de aprovação, repetência e reprovação, ou seja, tudo aquilo que está relacionado com a qualidade do ensino e com o fluxo escolar, possui particular relevância para a discussão da temática da evasão. Os seus estudos indicam que essas questões contribuem significativamente para o processo de evasão escolar e mostra a

necessidade de se observar os problemas que passam dentro da escola, sua pedagogia, seu (des) compromisso com o aprendizado e com a promoção dos alunos.

[...] A evasão escolar é um problema complexo e se relaciona com outros importantes temas da pedagogia, como formas de avaliação, reprovação escolar, currículos e disciplinas escolares. Para combater a evasão escolar, portanto, é preciso atacar em duas frentes: uma de ação imediata que busca resgatar o aluno “evadido”, e outra de reestruturação interna que implica na discussão e avaliação das diversas questões que se apresentam no cotidiano escolar (CALDAS, 2006, p.9).

Imagina-se que os resultados obtidos através de um estudo dessa natureza interessem, primordialmente, às equipes administrativas, pedagógicas e gestoras da própria Instituição analisada, podendo tornar-se relevante na formulação e implementação das políticas que visam à permanência dos estudantes e, conseqüentemente, a redução do quantitativo de evadidos. Contemplando, sobremaneira, os docentes e estudantes. Contudo, é necessário proporcionar condições equânimes de êxito a todos os estudantes integrantes da comunidade acadêmica, objetivando a inserção no mundo socioambiental e profissional.

Considerando que a evasão escolar é um tema compreendido sob diversos conceitos, torna-se importante analisá-lo na concepção de autores que se destacam no estudo desse assunto. Autores como Azevedo (2006), Lüscher e Dore (2011), Ferreira (2013) entendem que a evasão é um problema complexo e multidimensional, que necessita de mais investigações sobre o fenômeno a fim de contribuir na proposta de ações que possam reduzir o número de evadidos.

Na concepção de Queiroz (2010) o que caracteriza a evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível. Corroborando essa definição, Johann (2012) afirma que a evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, pois o aluno não renovando sua matrícula rompe o vínculo jurídico estabelecido com a escola. Concordam ainda com esse pensamento, Reinert e Gonçalves (2010) declarando que a evasão escolar compreende o abandono da escola durante o período letivo, ou seja, o aluno se matricula, inicia suas atividades escolares, mas, em seguida deixa de frequentar a escola.

Uma preocupação abordava por Digiácomo (2005) sobre a evasão no Brasil refere-se ao maior número de alunos admitidos pelas escolas, já considerando o abandono de muitos no decorrer do ano letivo. Esse procedimento tende a piorar a situação, já que, com turmas cheias, a qualidade da aula ministrada pelo professor tende a diminuir, o que pode contribuir para o abandono do aluno. Pode-se perceber que ao invés de procurar soluções para o problema da evasão, a escola opta em aceitar a perspectiva de abandono dos alunos.

Ademais, o abandono provoca dificuldades em seu retorno, como a constrangedora situação de defasagem idade-série, que influencia significativamente na decisão pela evasão definitiva da escola (SÉLIS, 2012). Klein (2008) apresenta conceitos diferentes para o abandono e a evasão escolar. Segundo ele, o abandono refere-se ao aluno matriculado que deixa de frequentar a escola durante o transcorrer do ano letivo, sem comunicar formalmente sua desistência ou transferência. Ao passo que, a evasão acontece quando o discente matriculado em determinada série, em determinado ano letivo, não renova sua matrícula para o ano seguinte, independentemente se foi aprovado ou retido.

Klein (2008) traz a diferença entre os conceitos de evasão e abandono. Essa discussão é plausível e de grande importância, visto que uma coisa é o aluno que se matricula e não frequenta (abandono), outra, bem diferente é o aluno que não renova sua matrícula para o ano seguinte (evasão). Cabe ressaltar que os motivos que levam o estudante a abandonar ou evadirem também se diferenciam.

Nos estudos realizados por Abramovay e Castro (2003) os termos evasão escolar e abandono escolar apresentam conceitos diferenciados. Para os autores, a evasão refere-se ao aluno que deixa a instituição de ensino, mas com a possibilidade de retorno à mesma, já o abandono ocorre quando o estudante deixa a instituição em definitivo. Já contemplando os estudos realizados pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, designada pelo MEC no ano de 1996, a evasão é classificada e distinguida a partir de seus diversos contextos:

Evasão de curso – ocorre quando o estudante desliga-se do curso em situações diversas, tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
 Evasão da instituição – ocorre quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;
 Evasão do sistema – ocorre quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o curso no qual está matriculado (MEC, 1996, p. 19).

Essa comissão destaca a definição apresentada por Bueno (1993, p. 13) que distingue evasão de exclusão. Segundo o autor, a primeira corresponde “a uma postura ativa do aluno que decide desligar-se por sua responsabilidade”, enquanto a segunda “implica a admissão de uma responsabilidade da escola e de tudo que a cerca por não ter mecanismos de aproveitamento e direcionamento do jovem que se apresenta para uma formação”.

Os estudos realizados por outros pesquisadores distinguem evasão de mobilidade e criticam a utilização de conceituações idênticas para abordar processos heterogêneos. Essa teoria é apresentada por Ristoff (1995) quando conceitua que a evasão corresponde ao abandono

dos estudos, enquanto mobilidade refere-se ao fenômeno de migração do aluno para outro curso.

“Tratar da evasão é tratar do fracasso escolar; o que pressupõe um sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola” (MACHADO, 2009, p. 36). Contudo, Azevedo (2006) enfatiza que as causas e consequências do fracasso escolar não estão somente relacionadas ao aluno. Ela apresenta diferentes fatores, estando entre eles, a unidade de ensino onde docentes têm contribuído para o agravamento do problema, através de uma prática didática ultrapassada. Diferente do que ocorre nos níveis fundamental e médio, o ensino técnico não apresenta muitas pesquisas sobre evasão, o que impede a produção de um referencial teórico sólido além dos indicadores utilizados nessas pesquisas (SALES; CASTRO; DORE, 2013).

Contudo, esses indicadores normalmente estão associados a dados quantificáveis que impossibilita mostrar a realidade social mais complexa, apresentando resultados muitas vezes superficiais, mascarando aspectos importantes do objeto de estudo (FIGUEIREDO; SALLES, 2017). Essa complexidade envolve alguns fatores, entre eles: a não resposta à pesquisa pelo aluno evadido, geralmente devido a sua não localização ou ao constrangimento da situação (MURNANE, 2013); a falta de precisão nas respostas (FREDENHAGEM et al., 2012); e as deficiências inerentes às bases de dados (SALES; CASTRO; DORE, 2013).

Um dos principais fatores considerados por Arroyo (1993) para o fracasso escolar nas camadas populares é a diferença de classe social, quando expressa:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO, 1993, p. 21).

Nesta pesquisa, adotaremos a concepção de evasão utilizada pela Organização Acadêmica do IFPE, na Seção III, no Art. 117, que diz: “o estudante que, no prazo estabelecido no cronograma de matrícula, deixar de renová-la, perderá seu vínculo acadêmico, caracterizando com isso abandono de curso” (IFPE, 2014, p.36).

3. 2 EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A evasão na educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é uma problemática que precisa estar necessariamente presente na agenda das políticas educacionais, tendo em vista os investimentos dispensados para essa oferta,

pois sua finalidade está ligada à inclusão social/educacional dos estudantes matriculados que na sua maioria fazem parte das camadas populares.

A problemática da evasão nos cursos técnicos foi identificada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e apresentada no Relatório de Auditoria da Rede Federal, no ano de 2012, que requer o desenvolvimento de políticas pelos Institutos Federais, objetivando a redução desse fenômeno. Após isso, foi instituído pelo Acórdão nº 506/2013²⁷, entre a SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais, para a realização de um levantamento diagnóstico, a fim de identificar estudantes com maior propensão à evasão na Rede Federal.

Mas apenas a partir de 2015, o referido Acórdão repercutiu no âmbito dos Institutos Federais de Educação, através da Nota informativa da SETEC/MEC 138/2015²⁸, que orientou a elaboração dos planos institucionais de permanência e êxito, com a finalidade de realizar um diagnóstico quantitativo-qualitativo, nos cursos ofertados pela Rede, das causas de evasão e, por conseguinte, a previsão de metas e estratégias para combatê-la.

Portanto, baseado no Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é que o IFPE institui através da Resolução nº 063/2013 – CONSUP/IFPE²⁹, o Programa de Acesso, Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (PROIFPE), com ações que envolvem práticas cidadãs e inclusivas. Neste Documento Orientador a evasão é conceituada como o abandono de curso sem renovação.

De acordo com as pesquisas sobre a questão, estudiosos apontam para a necessidade de se realizar mais investigações no campo da educação profissional técnica. Figueiredo (2014) ressalta a escassez de pesquisas nessa área o que é enfatizado por Dore e Lüscher (2011) e Meira (2015) dificultando a formação de um referencial teórico sólido para utilização de base nas pesquisas empíricas nessa modalidade da educação básica.

Mesmo diante da escassez de estudos voltados para a Educação Profissional, verifica-se um esforço por parte de alguns autores, no sentido de fomentar no meio acadêmico pesquisas

²⁷Ver:<<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d31323530303231&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-COMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>>. Consulta realizada em 20 de outubro de 2017.

²⁸Ver:<http://www.iftm.edu.br/proreitorias/ensino/permanenciaeexito/documentos/documentos/2015%20Nota%20Informativa%20n%C2%B0%20138%20_2015_DPE_DDR_SETEC_MEC%282%29.pdf>. Consulta realizada em 21 de abril de 2018.

²⁹ Ver:< <http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2013/resolucao-063-2013-aprova-proifpe.pdf>>. Acesso em 06 de agosto de 2018.

sobre o assunto, impulsionados pelo processo de expansão desse tipo de formação em nosso país. Destacamos, portanto, o de Rosemary Dore, autora de diversos trabalhos (DORE; LÜSCHER, 2011; SALES; CASTRO; DORE, 2013; SILVA; DORE, 2011) sobre permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. A autora, com apoio da Capes e do CNPq, coordena o projeto intitulado “Educação Profissional no Brasil e evasão escolar”, cujos objetivos são:

[...] integrar um grupo de pesquisa internacional que se organizou para pesquisar a educação profissional e o problema da evasão escolar entre jovens de 15 a 20 anos, nos países participantes; identificar e quantificar a evasão escolar no Brasil a partir de 1996, nos cursos de formação profissional, na faixa etária de 15 a 20 anos, bem como as suas causas, classificando-as de acordo com o contexto mais amplo das diferenças nacionais; cooperar na realização de estudos comparativos entre os dados da evasão no Brasil e aqueles dos demais países integrantes do grupo de pesquisa internacional; desenvolver, em comum com os países participantes, proposições que possam subsidiar a formulação de políticas educacionais para a educação profissional, com o intento de reduzir o número de jovens que abandonam esse tipo de ensino (INEP, 2014).

Os estudantes dos cursos de educação profissional técnica de nível médio são em grande maioria procedentes das classes socioeconômicas desfavorecidas, com pouco poder aquisitivo e com considerável vulnerabilidade social, repercutindo na história da educação profissional cujo foco é a formação de mão de obra trabalhadora para atender as demandas do mercado e da economia do país (DORE et al., 2014). Alguns estudos apontam essa relação entre evasão escolar e renda familiar (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017); (SOARES et al., 2015); (BORJA; MARTINS, 2014).

Para Dore e Lüscher (2011), a evasão na educação profissional de nível médio representa oportunidades de experimentação profissional, mas também podem representar instabilidade e falta de orientação em relação às escolhas profissionais: [...] o estudante pode, por exemplo, escolher um curso em uma determinada área, interrompê-lo e mudar de curso e de área/eixo ou, ainda, permanecer no mesmo curso e mudar apenas a modalidade do curso (integrado, subsequente ou concomitante) e/ou a rede de ensino superior, e até mesmo, abandonar definitivamente qualquer proposta de formação profissional no nível médio (DORE; LÜSCHER, 2011, p.152-3).

Rumberger (2011) ressalva que há uma grande diversidade de fatores, dentre eles os relacionados à escola, à família e ao trabalho que contribuem e interagem entre si para a evasão ao longo de um período, o autor destaca dois tipos de fatores que contribuem para a evasão: os individuais e os institucionais. No fator individual o estudante é pouco motivado nas questões educacionais e vocacionais, sem haver vinculação com o contexto em que vive. No que se refere

aos fatores institucionais estão relacionados com a família, às condições econômicas, aos níveis de escolaridades dos pais (DORE; LÜSCHER, 2011; SALES, 2014).

Considerando os estudos realizados por Gugelmin (2015) sobre a Evasão Escolar na Educação Profissional: Diagnóstico dos Cursos Técnicos Subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco, foram registrados índices elevados de evasão no período de 2007 a 2012, sendo que os maiores estão relacionados com os cursos de Técnico em Administração (39%) e Técnico em Informática (49,6%). A predominância de desistência ocorre no primeiro período do curso onde são computadas as maiores taxas de abandono. Foi verificado também que a evasão nos cursos subsequentes se manifesta de maneira complexa e resulta de uma correlação entre diversos elementos, tendo como os mais significativos os sociais e econômicos que interferem na decisão do aluno em abandonar o curso de formação profissional.

Figueiredo (2015) adotou como público alvo de sua pesquisa os estudantes evadidos nos anos de 2010 a 2012, no primeiro período do Curso Técnico em Telecomunicações do CEFET – RJ, unidade Petrópolis. A investigação assumiu a forma de um estudo de caso cuja abordagem foi do tipo qualitativa e empregou a estratégia da análise de conteúdo para o tratamento do material coletado através de entrevistas semiabertas. Os resultados apontaram que em sua maioria os evadidos são solteiros, na faixa etária de 17 a 19 anos, e não possuem filhos.

Em relação ao perfil dos estudantes evadidos do Centro Educacional Sete Lagoas, Cruz (2013) identificou que em sua maioria são do sexo feminino (79,37%), solteiros (81%), a maioria não tem filhos, apresentam faixas etárias entre 18 e 22 anos e 23 e 27 anos, que correspondem a 75,66% do total da amostra. Quanto à escolaridade dos pais (69,52%) não concluíram o ensino médio e das mães (60,95%) têm o ensino médio incompleto. A análise ainda explicita que a maior parte dos alunos (78,84%) reside no Município de Sete Lagoas.

O quadro 1 apresenta um resumo dos trabalhos pesquisados que tratam das causas da evasão na educação profissional.

Quadro 2- Síntese da revisão da literatura sobre a evasão escolar na educação profissional

| Autor (a) Ano | Local | Curso | Período | Resultados |
|----------------------|---------------------------------|-----------------------------------|----------------|---|
| Gugelmin (2015) | Colégio Estadual de Pato Branco | Cursos Técnicos Subsequentes | 2007-2012 | A evasão nos cursos técnicos subsequentes tem maior incidência no primeiro período. Além disso, resulta da correlação de fatores sociais e econômicos, primordialmente. |
| Figueiredo (2014) | CEFET-RJ – UNED - Petrópolis. | Curso Técnico em Telecomunicações | 2010-2012 | Os evadidos na maioria são solteiros, na faixa etária de 17 a 19 anos, e não possuem filhos. |

| | | | | |
|---------------|---|---|-------------|--|
| Cruz (2013) | SENAC Sete Lagoas. | Cursos Técnicos Profissionalizantes | 2009-2011 | Os evadidos em sua maioria são do sexo feminino (79,37%), solteiros (81%), não tem filhos, apresentam faixas etárias entre 18 e 22 anos e 23 e 27 anos, que correspondem a 75,66% do total da amostra. |
| Doree Lüscher | Minas Gerais | Ensino técnico de nível médio em Minas Gerais. | 2001- 2008 | Em 2008, a evasão foi de 27,43%.Dentre as causa da evasão destaca-se, em primeiro lugar, o abandono do curso por motivo de emprego/trabalho (36,56%). |
| Meira (2015) | Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), <i>Campus Cariacica</i> | Técnico de Ferrovias, na modalidade concomitante ao ensino médio. | 2006 – 2014 | O índice de evasão é maior no período noturno, entre alunos do sexo masculino, solteiros e estão na faixa etária de 17 a 21 anos. Sendo (48,83%) residentes em outras cidades. |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

3.3 AS MOTIVAÇÕES PARA O ABANDONO ESCOLAR

Analisar a evasão escolar se torna uma tarefa complexa diante das inúmeras situações que podem ser responsáveis por esse fato. Anotações de Dore e Lüscher (2011, p.776) já pontuavam que entender as causas da evasão é ponto crucial para encontrar soluções para o problema. E descrevem:

Contudo, as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família, quanto à escola e a comunidade em que vive (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 776).

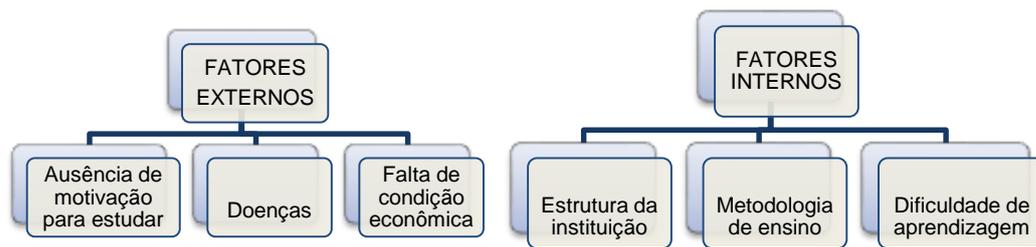
É importante ressaltar a opinião das autoras Stearns e Glennie (2006), que consideram as causas da evasão a partir das diferenças de idade, série, gênero e etnia. Elas utilizaram teorias que diferenciam dois tipos de fatores de evasão: os *pull-out* e os *push-out*. O primeiro trata dos fatores externos às escolas, como família e oportunidade de emprego. Conforme as autoras, estudantes do sexo feminino e estudantes não pertencentes à raça branca têm maior tendência a deixar a escola por responsabilidades familiares, enquanto que estudantes do sexo masculino, sobretudo os mais velhos, tendem a abandonar os estudos por motivo de emprego.

Ao passo que os fatores *push-out* referem-se aos elementos escolares que desestimulam os estudantes a prosseguirem com seus estudos. Ainda segundo as autoras, alunos do sexo

masculino, bem como os mais jovens são propensos a deixarem a escola por razões disciplinares.

A figura 2 ilustra os fatores externos (ausência de motivação para estudar, doenças, falta de condição econômica e de perspectivas) e os internos (estrutura da instituição, as aulas práticas, a metodologia de ensino e a dificuldade do aluno em assimilar o conteúdo (MARIN, 1998).

Figura 3 - Fatores externos e internos que podem contribuir com a evasão escolar



Fonte: Elaborado pela autora baseado na revisão da literatura (2018).

Todavia, é sabido que esse problema não teve uma origem principal e devido a isso não terá um fim por si só, não estando relacionado somente às políticas públicas governamentais, à desestruturação familiar ou a problemas de aprendizado dos alunos, mas a união de vários fatores (FERREIRA, 2013).

Em relação à influência da escola na evasão, alguns pontos são relevantes: o corpo discente e docente, a estrutura, recursos escolares e políticas públicas; já em relação aos bairros, os que vivem em comunidades pobres tendem a ser mais desistentes (RUMBERGER, 2011). Além disso, as provas elaboradas pelos professores, muitas vezes de caráter classificatória e excludente, implica também na diminuição do número de alunos (HOFFMANN, 2013). Ademais, a ausência nas instituições de programas de suporte didático, pedagógico e emocional fazendo com que em alguns casos os professores sequer saibam os nomes dos alunos, impossibilitando, assim, identificar os possíveis evadidos (DORE, 2013).

A família como fator de abandono é também citada como de extrema importância, os filhos, com o intuito de ajudar os pais financeiramente, acabam se engajando em ações voltadas para a geração de renda abdicando de sua educação (ASENJO; ASTICA, 2013). De acordo com Zago (2006), quanto mais recursos econômicos dos pais, mais os filhos terão chance de acesso ao ensino superior ou a cursos mais seletivos, propiciando diplomas e empregos com melhor remuneração.

Apesar de esse assunto ser bastante complexo, os estudantes demonstram diferentes sinais que precisam ser reconhecidos para assim reduzir a evasão, tal ação é de extrema importância para o aluno e para a sociedade, pois o abandono escolar é uma das principais razões para a baixa qualificação e habilitação profissionais (DORE, 2013).

Para Ferreira (2013), os motivos que levam à evasão podem ser classificados de acordo com os seus fatores determinantes: (i) escola (não atrativa, autoritária, com professores despreparados, insuficiente, com ausência de motivação);(ii) aluno (desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez); (iii) pais ou responsáveis (não cumpridores do pátrio poder, desinteressados em relação ao destino dos filhos); (iv) social (trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc.).

Na realidade, qualquer que seja o motivo da evasão na vivência de um jovem estudante pode trazer repercussões negativas ao desenvolvimento de sua vida adulta (DORE, 2013). Lopes (2010) destaca que para que esses motivos sejam minimizados, se faz necessária à intervenção do poder público. Outros, todavia, podem ser solucionados mediante iniciativas dos gestores e suas equipes, que têm a responsabilidade de assegurar as condições de ensino e aprendizagem - o que, evidentemente, se perde quando o aluno não frequenta a aula.

Schargel e Smink (2002) identificam cinco categorias de causas da evasão que apontam aspectos pessoais, institucionais e sociais, a saber: as psicológicas, as sociológicas, as organizacionais, as interacionais e as econômicas, assim descritas:

[...] as psicológicas, resultantes das condições individuais como imaturidade, rebeldia, dentre outras, ocasionando uma predisposição à evasão; as sociológicas entendem que o referido fenômeno não pode ser encarado como um fato isolado; as organizacionais procuram identificar os efeitos dos aspectos das instituições sobre as taxas de evasão; as interacionais avaliam a conduta do aluno em relação aos fatores interacionais e pessoais; e a econômica considera os custos e os benefícios ligados à decisão, que depende de fatores individuais e institucionais (SHARGEL; SMINK, 2002, p.29).

No entendimento de Marchesi e Perez (2004), o fracasso escolar não pode ser explicado apenas por um único fator, no entanto, pela observação de níveis ou dimensões e que, por isso, se faz necessária à adoção de um modelo hierárquico para interpretar o fracasso escolar. De acordo com os autores, este modelo seria composto por seis níveis estreitamente relacionados: sociedade, família, sistema educacional, escolas, ensino em sala de aula e disposição dos alunos. É por isso que para se conseguir uma interpretação mais adequada sobre o fenômeno foram incluídos alguns indicadores considerados significativos para cada uma das dimensões do modelo proposto. O quadro 2 apresenta esta especificação.

Quadro 3 - Níveis e indicadores para compreender o fracasso escolar

| Níveis | Indicadores |
|---------------------|--|
| Sociedade | Contexto econômico e social |
| Família | Nível sociocultural Dedicação Expectativas |
| Sistema educacional | Gasto público Formação e incentivo dos professores Tempo de ensino Flexibilidade do currículo Apoio disponível especialmente para escolas e alunos com mais riscos |
| Escola | Cultura Participação Autonomia Redes de cooperação |
| Sala de aula | Estilo de ensino Gestão da aula |
| Aluno | Interesse Competências Participação |

Fonte: Marchesi e Pérez (2004)

Rumberger (2011) corrobora o conceito de que o processo de abandono escolar é decorrente de uma multiplicidade de fatores inter-relacionados. Para ele existem duas categorias de fatores que contribuem para a evasão escolar: a) fatores individuais do estudante – atitudes e comportamentos, desempenho escolar, experiências anteriores; b) fatores contextuais – família, escola, comunidade.

Assim sendo, o processo de caracterização do fenômeno evasão escolar origina a necessidade de se conhecer cada um desses níveis de forma delineada a fim de que seja possível determinar de que maneira cada uma delas influencia a ocorrência do processo de abandono escolar.

3.3.1 Contexto Socioeconômico e Contexto Familiar

Para Marchesi e Pérez (2004), o fracasso escolar é distribuído de maneira desigual tendo em vista que o mesmo acontece em decorrência direta de necessidades econômicas, sociais e culturais que alguns grupos populacionais sofrem, ou seja, alunos que apresentam as piores condições sociais e econômicas têm mais probabilidades de baixo rendimento escolar e maiores tendências ao abandono da trajetória escolar.

Do mesmo modo, Fini, Dore e Lüscher (2013) retratam que o *background* familiar é uma causa determinante para o sucesso ou fracasso escolar. Segundo os autores o status

sociocultural e econômico da família de origem influi sobre o percurso escolar, determinando oportunidades diferenciadas - possibilidade de prosseguir nos estudos após completar o nível de educação obrigatória, o acesso aos diversos tipos de escolas pós-obrigatórias, importância ou não da aprendizagem escolar.

Lahire (2004) destaca que não é suficiente apenas a família ser detentora de um capital sociocultural, é necessário analisar a forma como este é transmitido ao aluno e de como ocorrem às estruturas familiares. Para o autor o fracasso escolar é o produto de uma interação entre as estruturas familiares, os contextos socioeconômicos, o capital cultural e as formas de vida escolar em um dado período de tempo (LAHIRE, 2004, p.74).

3.3.2 Sistema Educacional e Escola

Para Marchesi e Pérez (2004), o funcionamento do sistema educacional tem uma importância no processo de abandono escolar, pois este está carregado de elementos que influenciam a trajetória do aluno durante a escolarização. Dentre estes, podemos citar os recursos existentes, a flexibilização (ou não) dos currículos, a sensibilidade diante das dificuldades de aprendizagem, preparação e incentivo dos professores, os gastos com o processo educacional (MARCHESI E PÉREZ, 2004).

Perrenoud (2001) enfatiza que a escola possui uma tríplice produção do fracasso escolar. Primeiramente está o currículo e na forma elitizada com que os conteúdos e práticas são selecionados, distanciam demais da língua e saberes das classes populares. O segundo momento está relacionado à ajuda que a escola proporciona a cada aluno para trilhar o caminho educacional, levando em consideração que nem sempre se respeita as diferenças, geralmente os métodos são padronizados partindo dos pressupostos que todos possuem as mesmas condições (sociais, intelectuais), e o terceiro elemento é o modo de avaliação que também pode reforçar as desigualdades de aprendizagem.

3.3.3 Aluno - Interesse, expectativas e perspectivas, adaptação

Fini, Dore e Lüscher (2013) revelam que os comportamentos, valores e expectativas dos alunos influenciam o seu engajamento na vida escolar. Concordam com esse aspecto Marchesi e Pérez (2004) ao enfatizar que apesar do contexto socioeconômico e familiar influenciarem as experiências educacionais, dois fatores relativos ao estudante são relevantes: seus conhecimentos prévios e suas motivações, ou seja, se o aluno possui um nível de conhecimentos

que o faz duvidar das suas capacidades este pode se considerar inapto para as tarefas escolares. Da mesma forma, a falta de interesse e dedicação com os estudos podem sugerir que o abandono do cotidiano escolar seja mais adequado.

Já quanto às expectativas e perspectivas dos alunos que buscam uma formação profissional, Bueno (1993) salienta que a falta de prestígio social de algumas profissões reduz os incentivos e motivações para a persistência na escola. Dessa forma, a desvalorização salarial e algumas condições não adequadas de algumas categorias de profissões que podem ser consideradas atividades secundárias por parte do reconhecimento social.

E, finalmente, outro aspecto relacionado ao aluno é o seu grau de adaptação ao cotidiano escolar. Que pode incluir o ambiente, o currículo escolar e o contexto das relações interpessoais dentro da escola. Fini, Dore e Lüscher (2013) expõem que o nível de envolvimento ativo dos alunos com a experiência escolar é um fator considerável na decisão de abandono e está intimamente ligado ao seu desempenho educacional (rendimento), assim quanto maior a identificação-integração com a escola melhor será o seu rendimento e por sua vez os melhores resultados de desempenho ampliam o sentido de pertencimento a instituição de ensino.

3.4 REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO

Mesmo sendo a Educação uma garantia prevista na Constituição Federal de 1988, podemos observar que ela ainda não está ao alcance de todos os cidadãos, principalmente quando nos referimos à permanência e à conclusão de todos os níveis de ensino. Assim, embora as leis procurem estabelecer esse direito, o acesso e a permanência do educando as instituições educacionais não tem sido plenos.

Nesse sentido, Fornari (2010) revela o que acontece no Brasil, é que o direito a educação, mesmo se pensado de forma articulada, não consegue ser pleno a todos, reproduzindo o fenômeno da exclusão e evasão escolar, os quais remetem a sérias consequências sociais e individuais. Segundo ela:

Pensar a reprovação e a evasão escolar requer perceber que apenas o acesso à escola, embora condição necessária, não é suficiente para que milhões de pessoas esquecidas socialmente sejam lembradas apenas em quadros estatísticos. Sem ruptura com as relações sociais que estão sob o controle do sistema de capital não poderá haver mudanças profundas no sistema educacional (FORNARI, 2010, p.123).

Para a autora, a evasão escolar se revela no cenário educacional como um problema significativo, pois suas consequências levam os indivíduos ao que se chama de exclusão, se

tratando também de um problema social. Arroyo (1993) vem explicar a evasão escolar como uma questão social resultante da desigualdade social no Brasil, considerando que a interrupção dos estudos por parte dos alunos pode gerar prejuízo tanto para a sociedade quanto para si mesmo, transformando o aluno num trabalhador sem qualificação, reproduzindo o processo de exclusão social.

Para o autor, as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira são resultantes da diferença de classe e são elas que marcam o fracasso escolar nas camadas populares, pois,

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO, 1993, p. 21).

No entanto, Valente (2013) afirma que a evasão escolar no Brasil se caracteriza como interrupção no ciclo de estudos, causa prejuízos significativos sob o aspecto econômico, social e humano em qualquer que seja o nível de educação. Para o autor, há perdas de natureza econômica para o aluno, sendo que as recompensas sociais relacionam-se à obtenção do título. Os índices da evasão são preocupantes, as consequências são inúmeras principalmente no âmbito da economia, visto que, o estudante que ingressa no curso técnico, ocupa uma vaga e na sua desistência, esse lugar não é preenchido, na maioria das vezes, ocasionando uma grande ociosidade.

A partir da revisão de literatura é possível identificar que a evasão escolar configura-se como uma grave problemática na educação que merece atenção e políticas públicas para combatê-la. Observa-se que a inserção no mercado de trabalho é um dos principais motivos da saída da escola. A seguir será demonstrado todo o caminho metodológico percorrido para a execução deste estudo.

4 METODOLOGIA

Esse capítulo apresenta a pesquisa desenvolvida, bem como explicita os meios empregados na coleta, análise e interpretação de dados, apresentando conceitos e descrevendo o trajeto percorrido durante a investigação empírica. A explicitação do detalhamento dos caminhos metodológicos percorridos por este estudo é de extrema importância na replicabilidade e transparência desta pesquisa e na tentativa de investigar outros cursos, em outras instituições e em outros contextos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Buscando atender os objetivos traçados nesse estudo, podemos afirmar que se trata de uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Pode ser considerada de cunho exploratório, visto que a evasão no *Campus* Vitória do IFPE ainda é pouco investigada. Descritiva, pois visa conhecer as características dos estudantes que evadem. É também explicativa porque busca identificar e discutir os fatores que conduzem à evasão. De acordo com os meios, esse estudo se constitui um estudo de caso, juntando-se, ainda, com os princípios da pesquisa de campo e documental. A primeira classificação, conforme Ventura (2007, p. 385), tem várias aplicações, sendo que, também, “[...] parece ser apropriado para investigação de fenômenos quando há uma grande variedade de fatores e relacionamentos que podem ser diretamente observados e não existem leis básicas pra determinar quais são importantes”.

Para Yin (2010), a escolha do estudo de caso é uma estratégia para examinar acontecimentos contemporâneos, quando não se podem manipular comportamentos relevantes. Nesse sentido, Gil (2010) considera que a análise de um único ou de poucos casos de fato de determinado universo proporciona uma visão geral do problema, ou pelo menos de identificar possíveis fatores que o influenciam. Dessa maneira, a escolha do estudo de caso como um método particular foi preferida pelas diversas atribuições que fortalecem este tipo de método, como, por exemplo: a grande capacidade de levantar informações e proposições para serem estudadas à luz de métodos mais exigentes de experimentação; a investigação do fenômeno dentro de seu contexto real; a proximidade do pesquisador com os fenômenos estudados; a possibilidade de aprofundamento das questões levantadas do próprio problema e de obtenção de novas e úteis hipóteses (FIGUEIREDO, 2015).

Quanto à segunda classificação, requer uma investigação empírica realizada no local/ambiente que mantém relação com o fenômeno de análise. Por isso, levando-se em conta

que esse estudo se desenvolveu no local de ocorrência do problema pesquisado, não podemos ter dúvidas de que possa ser considerado nessa categoria. A terceira classificação se relaciona às investigações que se valem de “[...] documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas [...]” (VERGARA, 2009, p. 43). Nesse caso, podemos deduzir que os documentos emitidos a partir do sistema acadêmico do *Campus* correspondentes às informações dos estudantes, assim como alguns dados não presentes no referido sistema que tiveram de ser buscados nas pastas individuais de cada aluno tornam essa pesquisa de cunho documental.

Esta pesquisa compreendeu um estudo de caso, porque se delimitou a estudar a evasão dos Cursos Técnicos em Agroindústria, Agricultura e Zootecnia, no período de março de 2013 a agosto de 2017, oferecido na modalidade subsequente pelo IFPE - *Campus* de Vitória de Santo Antão. A escolha do campo de estudo deve-se ao fato da sua importância como escola de referência na oferta de cursos técnicos. O período de análise selecionado se justifica pela qualidade das informações disponíveis no sistema acadêmico.

O desenho de pesquisa utilizado foi de métodos mistos, pois combinou abordagens quantitativas e qualitativas numa mesma investigação³⁰. Creswell e Plano Clark (2011) definem métodos mistos como um procedimento de coleta, análise e combinação de técnicas quantitativas e qualitativas em um mesmo desenho de pesquisa. O pressuposto central que justifica a abordagem multimétodo é o de que a interação entre eles fornece melhores possibilidades analíticas.

Combinar métodos qualitativos e quantitativos parece uma boa ideia. Utilizar múltiplas abordagens pode contribuir mutuamente para as potencialidades de cada uma delas, além de suprir as deficiências de cada uma. Isto proporcionaria também respostas mais abrangentes às questões de pesquisa, indo além das limitações de uma única abordagem (SPRATT, WALKER; ROBISON, 2004, p.6).

Com a finalidade de atingir os objetivos delineados neste estudo, a primeira fase contemplou uma abordagem de caráter quantitativo cujos dados correspondentes ao número de alunos evadidos que foram tabulados em planilhas do Microsoft Excel e analisados no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 19.0 para *Windows*.

³⁰A ideia de metodologia mista surgiu somente nos últimos 20 anos, e durante este percurso evolutivo, uma série de nomenclaturas foram propostas por diferentes pesquisadores para expressar a integração ou conexão de dados qualitativos e quantitativos. Atualmente, o termo métodos mistos é o mais utilizado.

Para o estudo qualitativo, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com o objetivo de investigar as razões que levaram os estudantes a evadirem do curso e o que os coordenadores sabem e acham sobre essa situação. Para analisar tais falas foi utilizada a análise do discurso baseado na teoria de Bardin (2002). A entrevista foi escolhida como a principal técnica utilizada neste estudo de caso por se tratar de um instrumento flexível para a coleta de dados.

Para Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para Bardin (2002), a análise de conteúdo se constitui num conjunto de técnicas de análise das comunicações que se utiliza de processos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Silva e Fossa (2015, p. 02) reforçam:

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-lo em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. O caminho percorrido pela análise de conteúdo, ao longo dos anos, perpassa diversas fontes de dados, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros.

Bardin (2002) divide o método de Análise de Conteúdo em três fases: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise reflete a organização propriamente dita. Diz respeito a um período de intuições, mas tem por vistas tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de forma a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Geralmente, esta primeira fase apresenta três missões: escolha dos documentos a serem analisados; formulação das hipóteses e dos objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2002).

Sobre esta fase Silva e Fossa (2015, p.03) ressaltam que:

A primeira fase, pré-análise, é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas. A fase compreende a leitura geral do material eleito para a análise no caso de análise de entrevistas estas já deverão estar

transcritas. De forma geral, efetua-se a organização do material a ser investigado, tal sistematização serve para que o analista possa conduzir as operações sucessivas de análise (SILVA; FOSSA, 2015, p.03).

Após a conclusão da primeira fase, conforme descrito acima, parte-se para exploração do material, que constitui a segunda fase. Esta fase é também definida por Campos (2004) como a fase de seleção das unidades de análise ou unidades de significados: “o evidenciamento das unidades de análise temáticas, que são recortes do texto, consegue-se segundo um processo dinâmico e indutivo de atenção ora concreta a mensagem explícita, ora as significações não aparentes do contexto” (CAMPOS, 2004, p. 613).

Considerando Silva e Fossa (2015, p. 4), a exploração do material consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas.” Bardin (2002) define codificação como a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo.

Para Bardin (2006) a terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela à condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

Tendo em vista as diferentes fases da análise de conteúdo proposta por Bardin (2006), destacam-se como o próprio autor o fez, as dimensões da codificação e categorização que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências.

No que diz respeito à codificação, “corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão” (BARDIN, 2006, p. 103). Após a codificação, segue-se para a categorização, a qual consiste na:

classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 2006, p. 117).

Carlosmagno e Rocha (2016) apresentam ainda regras fundamentais a serem observadas na definição das categorias: regras claras para inclusão/exclusão nas categorias; as categorias precisam ser mutuamente excludentes (exclusividade); as categorias não podem ser muito

abrangentes (Homogeneidade); as categorias devem contemplar todos conteúdos possíveis (exaustividade); e, por último: Objetividade (confiabilidade).

Dessa maneira, com o intuito de tornar mais clara a sequência dos passos previstos no método de análise de conteúdo foram esquematizadas, no quadro abaixo, as etapas percorridas nesse processo (Quadro 3).

Quadro 4-Síntese das fases do método de análise de conteúdo

| Fase | Descrição |
|----------------|--|
| 1 ^a | Leitura geral do material coletado (entrevistas e documentos); |
| 2 ^a | Codificação para formulação de categorias de análise, utilizando o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral; |
| 3 ^a | Recorte do material, em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) comparáveis e com o mesmo conteúdo semântico; |
| 4 ^a | Estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro (passagem de dados brutos para dados organizados). |
| 5 ^a | Agrupamento das unidades de registro em categorias comuns; |
| 6 ^a | Agrupamento progressivo das categorias (iniciais – intermediárias – finais); |
| 7 ^a | Inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico. |

Fonte: Elaborado pela autora a partir do estudo de Silva e Fossa (2015).

4.2 PRIMEIRA FASE DA COLETA DE DADOS

O levantamento preliminar dos dados relativos aos alunos evadidos no período de março de 2013 a agosto de 2017 foi realizado através do Sistema Acadêmico do *Campus* (Q-Acadêmico). Inicialmente, foram emitidas listagens nominais das turmas de alunos matriculados (ingressantes) por curso e turno. Depois disso foram emitidas as relações nominais dos evadidos que foram tabuladas em planilhas criadas no Excel, considerando: cidade onde reside, sexo, etnia, estado civil, idade, renda per capita e tipo de vaga.

Tecnicamente, essa fase foi marcada por diferentes obstáculos em virtude da ausência de informações no cadastro de alunos constante no sistema acadêmico, uma vez que estavam incompletos, impossibilitando, por exemplo, a definição de renda per capita. Em decorrência desse fato, diversos dados, sobretudo, em relação a 2013, tiveram que ser buscadas nas pastas individuais dos alunos que se encontravam arquivadas na Coordenação de Registros Escolares. Conseqüentemente, aumentando o tempo para conclusão desses registros. Ressalta-se, também, que o período escolhido para realização da pesquisa que foi estabelecido a partir de 2013 e não antes, justamente porque, tendo sido o sistema acadêmico do *Campus* implantado em 2011, e os cadastros das turmas constantes nos anos de 2011 e 2012 não apresentavam as informações básicas.

Outra questão que merece ser destacada refere-se ao exaustivo trabalho realizado para que esses dados fossem computados, pois como já enfatizamos na introdução desse trabalho, o sistema acadêmico do *Campus* apesar de ter sido implantado a partir de 2011, as informações pertinentes ao registro do número de evadidos no período de 2011 a 2015, não correspondiam à realidade, pois muitos alunos constantes no sistema acadêmico, não estavam mais estudando na instituição. Por exemplo, buscando essas informações foi constatado que, ao final de cada período letivo, as matrículas de todos os alunos estavam sendo renovadas automaticamente gerando informações inconsistentes, pois nem todos os alunos se enquadravam na situação de matriculado.

Dessa maneira, caso não houvesse uma verificação da situação individual de cada discente, os mesmos ficariam com suas matrículas em aberto. Em virtude da necessidade de realização do levantamento do número de evadidos para realização dessa pesquisa iniciou-se um minucioso trabalho para identificar e, ao mesmo tempo, registrar no referido sistema os casos de evasão. Este trabalho foi realizado considerando o período de 2013 a 2015. A partir de 2016, com as exigências cada vez maiores em relação a essas informações e levando em consideração o desempenho de novos gestores, esses dados passaram a ser acompanhados de maneira pontual.

Assim sendo, após o período de renovação de matrículas no sistema acadêmico (Q-acadêmico), definido pelo Departamento de Desenvolvimento Educacional, o discente não renovando sua matrícula nem presencialmente, nem pela web, terá seu status modificado para evadido pela Coordenação de Registro Escolar de acordo com o que determina a Organização Acadêmica do IFPE, que considera como evadido: “o estudante que, no prazo estabelecido no cronograma de matrícula, deixar de renová-la, perderá seu vínculo acadêmico, caracterizando com isso abandono de curso” (art. 117). Situações como essas são identificadas em outras instituições de ensino, não sendo exclusivas do nosso contexto. Por exemplo, nas pesquisas realizadas sobre evasão escolar na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais, Sales, Castro e Dore (2013) expressaram que fatores relacionados à falta de sistematização das informações dos estudantes evadidos, geraram trabalho adicional bastante exaustivo nos arquivos físicos das escolas.

4.3 SEGUNDA FASE DA COLETA DE DADOS

A partir dos dados foi possível identificar os discentes evadidos, dos quais uma amostra de seis alunos foi definida com base nas características identificadas para esse grupo, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa qualitativa. Para isso, os estudantes foram contatados para participar da entrevista. Como forma de organização, os estudantes entrevistados foram sendo nomeados e numerados de acordo com a ordem em que a entrevista foi feita. Por exemplo, o entrevistado 3 (E 3) foi o terceiro a ser entrevistado. Todos os discentes entrevistados são oriundos de escola pública e residem na região urbana. Para conhecer o perfil dos alunos participantes da entrevista foram elaboradas algumas perguntas (Apêndice A). O quadro 4 sumariza essas informações.

Quadro 5- Perfil dos discentes evadidos que foram entrevistados

| Variáveis | E3 | E6 | E 7 | E 8 | E 9 | E 10 |
|--------------------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------------------|-------------------|
| Idade (anos) | 20 | 24 | 18 | 42 | 20 | 40 |
| Sexo | Feminino | Feminino | Masculino | Masculino | Feminino | Feminino |
| Estado civil | Casado | Solteiro | Solteiro | Solteiro | Solteiro | Casado |
| Tem filhos | Sim | Não | Não | Não | Não | Não |
| Atividades | Só estuda | Só estuda | Só trabalha | Só trabalha | Só estuda | Só trabalha |
| Matrícula | 2015.2 | 2013.1 | 2017.1 | 2016.1 | 2017.1 | 2015.1 |
| Turno | Matutino | Matutino | Vespertino | Vespertino | Matutino | Vespertino |
| Período de abandono | 3º | 2º | 1º | 1º | 2º | 2º |
| Cotista | Não | Não | Sim | Não | Sim | Não |
| Escolaridade e dos pais | Ensino Médio completo | Fundamental | Ensino Médio completo | Não são alfabetizados | Superior incompleto e Fundamental | Médio |
| Renda média família | Até 1 (um) salário | De 1 a 2 salários | Até 1 salário | De 2 a 5 salários | De 2 a 5 salários | De 1 a 2 salários |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Essa seleção obedeceu à disponibilidade prévia dos contatados para a realização das entrevistas. Foram escolhidos 21 alunos para serem contatados, sendo 7 (sete) de cada curso, pois os mesmos tinham os dados cadastrais completos, ou seja, tinham o endereço e o contato telefônico, possibilitando o agendamento das entrevistas. No entanto, só foi possível realização a entrevista com seis discentes. Do total de alunos entrevistados, três se disponibilizaram a vir até a Instituição para serem entrevistados, enquanto os outros três foram entrevistados em suas residências³¹.

³¹Sales, Dore e Castro (2014) também encontraram dificuldades em pesquisar fatores de evasão em cursos técnicos da educação profissional. Segundo as autoras, a pesquisa “revelou enorme dificuldade de desenvolver estudos com estudantes evadidos, pela dificuldade de serem localizados e pelo desafio de convencê-los a participar da pesquisa” (DORE; SALES; CASTRO, 2014, p. 411).

Ainda para compor o grupo de entrevistados foram escolhidos três coordenadores de curso e um representante da gestão, cujas entrevistas foram realizadas nas dependências do *Campus*. Estes foram convidados pessoalmente. Todos os respondentes foram inicialmente informados sobre os objetivos da pesquisa, concordaram em participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme ANEXO A. Como forma de preservação da identidade dos respondentes, chamaremos os entrevistados por letras: o grupo de alunos será nomeado pela letra E e o grupo de coordenadores e gestão pela letra G.

5 RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentadas as análises dos dados quantitativos e qualitativos coletados e a interpretação dos resultados.

5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DA PESQUISA

A seguir é apresentada a interpretação dos dados coletados na pesquisa quantitativa junto aos alunos evadidos nos Cursos Técnicos Subsequentes em Agricultura, Agroindústria e Zootecnia do IFPE *Campus* de Vitória de Santo Antão. Esses dados possibilitam a constatação dos índices de evasão nos cursos pesquisados.

5.1.2 Perfil social dos estudantes do IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão

Para os propósitos dessa pesquisa é importante mapear o perfil social dos alunos do IFPE *Campus* Vitória. Inicialmente, analisaremos a idade, seguida da etnia e *status* civil. A tabela 1 abaixo apresenta a média de idade dos alunos matriculados entre 2013.1 – 2017.1.

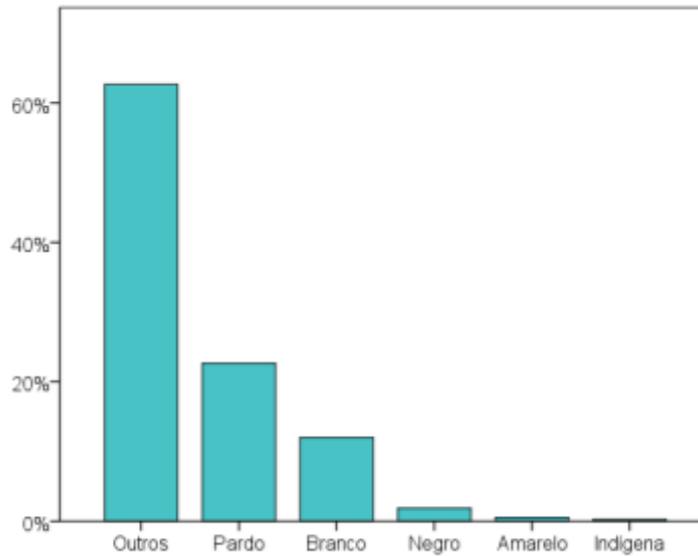
Tabela 1 - Idade dos Estudantes Evadidos (2013.1 - 2017.1)

| | Estudantes | mínimo | máximo | média | Desvio padrão |
|-------------|-------------------|---------------|---------------|--------------|----------------------|
| Idade (ano) | 375 | 15 | 73 | 23,20 | 7,19 |

Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Como pode ser visto na tabela 1, a média de idade dos alunos do *Campus* é de 23,20 anos com desvio padrão de 7,19. O aluno que apresenta maior idade é do sexo masculino com 73 anos do curso de Agricultura em 2013.2. E a menor idade é de um aluno com 15 anos do Curso Técnico em Zootecnia em 2015.1.

O fato de apresentar faixas etárias diferentes em uma mesma turma, pode implicar na permanência ou evasão do estudante no curso, visto que estando em uma turma onde todos os outros alunos são mais novos pode gerar um desconforto por não ter o sentimento de pertencimento àquele lugar e ocasionar a saída deste estudante com idade fora da média da turma. O gráfico 1 ilustra a distribuição dos alunos de acordo com a etnia.

Gráfico 1 - Etnia dos Estudantes Evadidos (2013.1 - 2017.1)

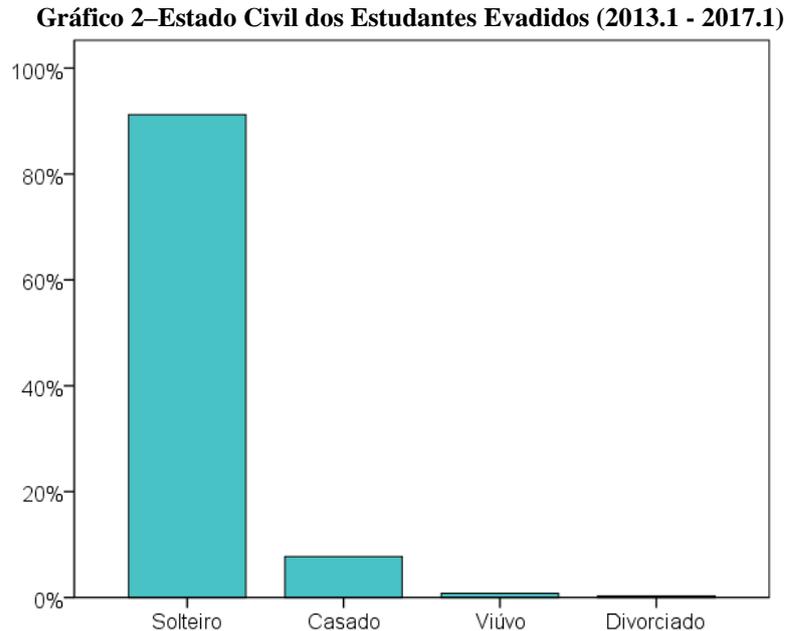
Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Através do gráfico percebe-se que grande parte das informações de etnia está concentrada na categoria “Outros” (63%), fato que nos faz perder informações. Por sua vez, as categorias subsequentes são: Pardo (23%), Branco (12%), Negro (2%), Amarelo (1%) e indígena (0,2%).

Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³² com 15 mil pessoas em cinco estados e no Distrito Federal revelou que, para 63,7% dos entrevistados, a cor ou raça influencia no dia a dia dos brasileiros. Ainda, de acordo com a pesquisa, ser branco, negro, moreno, pardo, amarelo ou indígena faz diferença nas relações pessoais, especialmente no trabalho e diante da polícia ou da Justiça, acredita a maioria da população de todas as regiões do país. “A grande maioria das pessoas tem alguma experiência de discriminação, ou por ser negra, parda e ter sofrido diretamente ou por usufruir dos privilégios dos brancos”, diz o pesquisador do IBGE José Luís Petruccelli. Este pode ser um dos motivos que justificam muitos alunos não declararem sua etnia.

Por fim, temos a condição do estado civil dos estudantes, conforme ilustrado gráfico 2.

³² Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cor-da-pele-influencia-relacoes-pessoais-diz-ibge-axowtq32cngd1u9fhiqin9lce/>



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

A análise descritiva sugere que cerca de 91% informam ser “Solteiros”, “Casados” somam 8%, seguido por “Viúvo” com 1% e “Divorciado” com (0,2%).

5.2 ANÁLISES DESCRITIVAS DA EVASÃO ESCOLAR DOS CURSOS SUBSEQUENTES DO *CAMPUS* VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

A elaboração da estatística descritiva dos dados de evasão dos alunos do IFPE *Campus* Vitória nos permite observar aspectos importantes sobre este fenômeno para os três cursos em análise, sendo eles: Técnico em Agricultura, Agroindústria e Zootecnia, no período de 2013.1 – 2017.1. A tabela 2 abaixo apresenta os dados de evadidos entre os semestres de 2013.1 a 2017.1 no IFPE *Campus* Vitória.

Tabela 2 - Estatística descritiva dos estudantes evadidos.

| | Estudantes | Média% | Desvio padrão |
|----------|-------------------|---------------|----------------------|
| Evadidos | 375 | 12,10 | 7,27 |

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Em média, por semestre, a quantidade de estudantes evadidos é de 12,10 (%). O ano/semestre que apresentou maior evasão foi 2013.1 com 28 alunos desistentes no curso de Agroindústria. Por outro lado, o caso com menor número de desistentes foi no curso de

Agricultura nos anos/semestres de 2013.1 e 2015.1 (n=1). Ademais, podemos obter informações sobre a taxa geral de evadidos³³. É possível ver que, em média, há uma taxa de evasão de 38,90% por turma, com um desvio padrão de 19,43. A tabela 3 abaixo sumariza essa informação.

Tabela 3 - Estatística descritiva da taxa de evadidos.

| | Turmas | Taxa de evasão média (%) | Desvio padrão |
|------------------|---------------|---------------------------------|----------------------|
| Taxa de Evadidos | 31 | 38,90 | 19,43 |

Fonte: elaborada pela autora (2018).

Também podemos ver graficamente como estes dados se comportam agrupados por semestre, a fim de identificar variações no tempo. O gráfico 3 apresenta a evolução da evasão por semestre.

Gráfico 3 - Taxa de evasão (%) dos alunos do IFPE Campus Vitória (2013.1 -2017.1)por semestre



Fonte: elaborado pela autora (2018)

Quando observamos essa informação desagregada no tempo, temos uma média de 38,90% de fuga escolar (representada na linha vermelha tracejada), em que a maior média foi para o ano de 2014.1 (62,86%) e a menor em 2016.1 (20,30%).

³³ Essa taxa é calculada através da divisão do nº de evadidos pelo número de ingressantes, e seu resultado multiplicado por 100.

O próximo passo é analisar essa mesma taxa da evasão por curso. Como podemos ver na tabela 4, Agroindústria (43,41%) apresenta a maior média em relação à taxa de evasão, seguida por Zootecnia (37,28%) e Agricultura (31,34%).

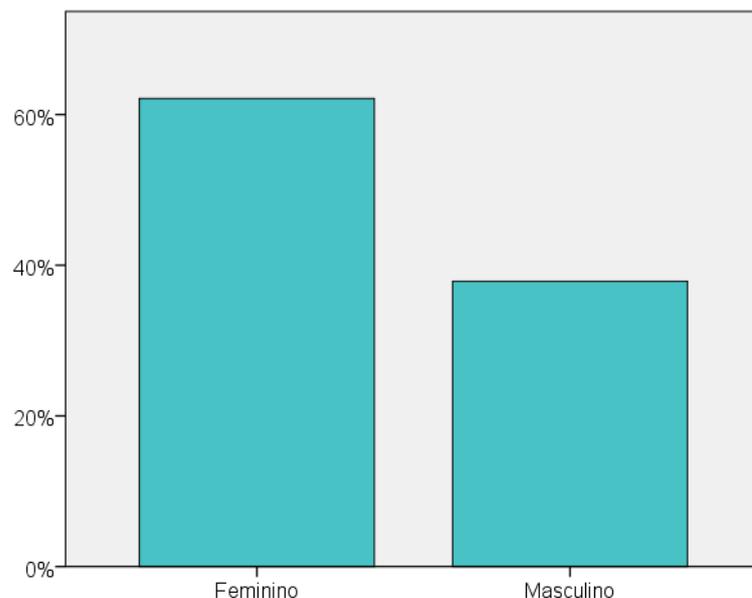
Tabela 4 - Taxa de evasão do IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão por curso(2013.1-2017.1)

| Curso | Turmas | Taxa da evasão média (%) | Desvio padrão |
|---------------|--------|--------------------------|---------------|
| Agroindústria | 15 | 43,41 | 21,26 |
| Zootecnia | 9 | 37,28 | 14,39 |
| Agricultura | 7 | 31,34 | 20,87 |

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Em termos de gênero, ao analisar a quantidade total de evadidos³⁴foi possível mapear o sexo que apresentou maior número de desistência entre os cursos. O gráfico 4 ilustra essas informações.

Gráfico 4 - Porcentagem de evasão entre os gêneros no IFPE *Campus* Vitória (2013.1 a 2017.1)



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

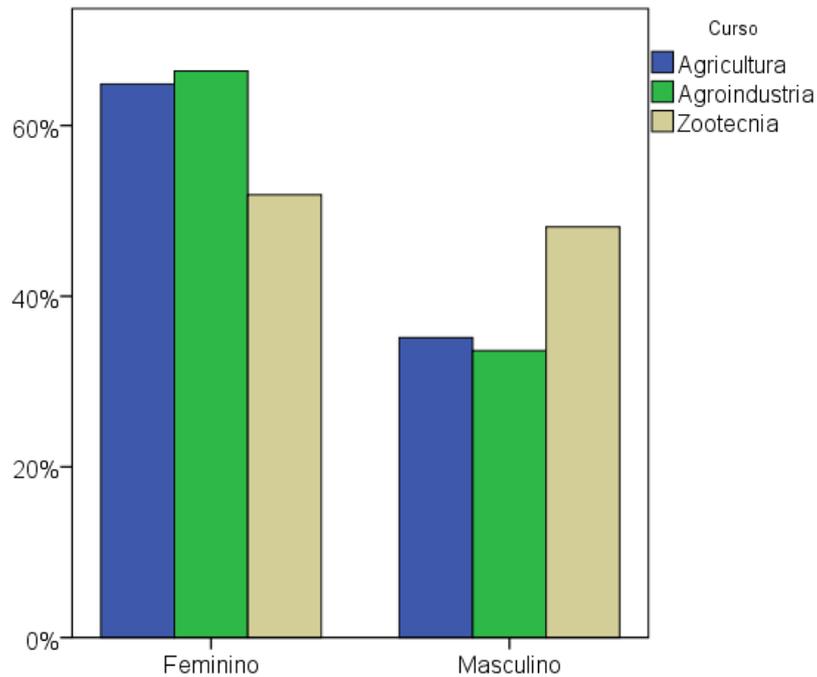
Para os dados dispostos por gênero, temos que as mulheres apresentam maiores índices de desistência total neste período com cerca de 62,13% (n =233), oposto aos homens que tem 37,87% (n= 142) dos casos de evasão. Essa diferença da evasão entre homens e mulheres pode indicar que as mulheres sofrem maior resistência para a continuidade dos estudos,

³⁴O banco de dados apresenta uma limitação técnica nos dados que impede o cálculo da taxa de evasão para as demais categorias, pois não disponibiliza a quantidade de ingressantes por gênero, tipo de ingresso e cidade. Por conta disso, as demais análises feitas levam em consideração apenas o número total de evadidos.

possivelmente por motivos familiares, emprego, não aderência ao curso, dentre outros; necessitando, no entanto, de aprofundamento de pesquisa.

Quando analisamos a mesma informação de gênero por curso, vemos que eles apresentam comportamentos diferentes na evasão. O gráfico 5 apresenta como estes dados estão distribuindo entre os sexos.

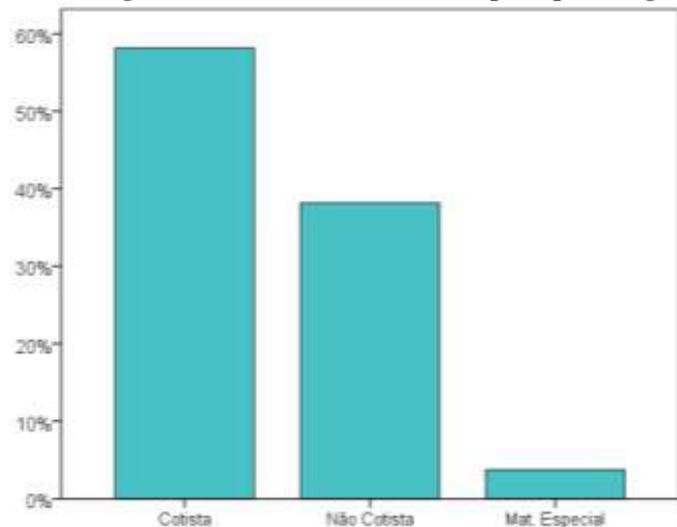
Gráfico 5 - Porcentagem do total de evasão por gênero dos alunos do IFPE Campus Vitória (2013 – 2017.1) por curso



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

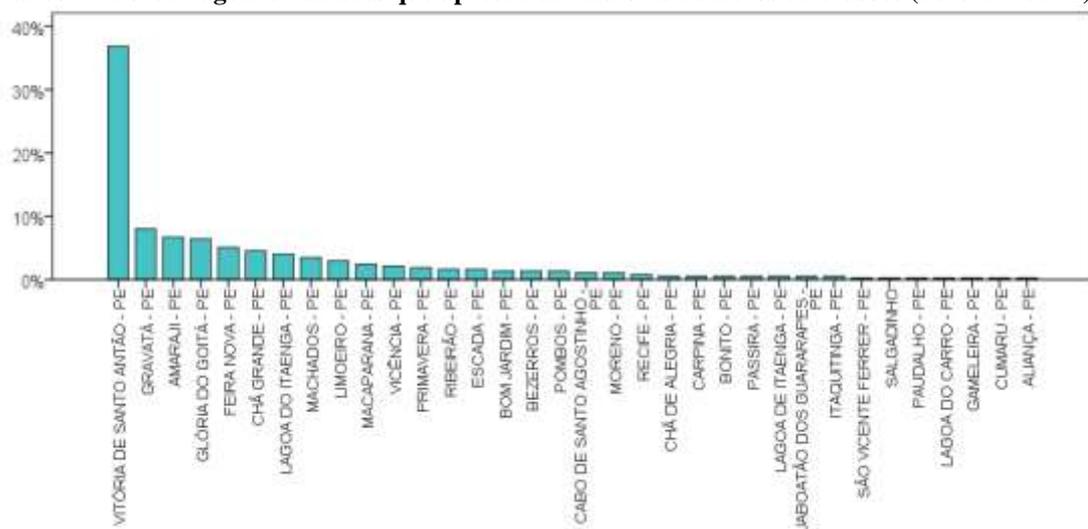
Analisando as informações do número total de evasão por gênero, desagregado por curso técnico, temos a seguinte disposição: em nenhum dos grupos o sexo masculino apresentou maior índice de desistência. No curso de Agricultura, 64% das saídas são de mulheres (n=24), opondo-se a 35% de homens (n=13); em Agroindústria, cerca de 66,4% dos casos são femininos (n= 54) e 33,6% são masculinos (n=78); por fim, na Zootecnia, temos um certo equilíbrio em que 51,9% pertencem ao sexo feminino (n=55) e apenas 48,1% do sexo masculino (n=51).

Em relação ao tipo de ingresso no IFPE, trazemos os grupos de cotistas, não cotista e matrículas especiais. Com esta informação é importante e se torna relevante para elaboração de políticas públicas específicas que possam mapear e aplicar ações nos grupos mais afetados por esse fenômeno. O gráfico 6 abaixo dispõe dessa informação.

Gráfico 6 - Porcentagem do total de alunos evadidos por tipo de ingresso

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Quando analisamos os dados de evasão referentes ao tipo de entrada dos discentes no IFPE- Campus Vitória, temos a seguinte disposição: os alunos “cotistas” apresentam 58,13% do total (n=218) de casos, seguido pelos grupos dos “não cotistas” com 38,13% (n = 143). Por fim, o grupo que possuem “matrícula especial” agregam 3,73% (n=14). Esta informação nos permite mostrar que alunos que vêm de escolas públicas e que possuem certa vulnerabilidade social podem ser mais propensos a saírem do Instituto. Outro fator importante em levar em consideração é mapear o local mais frequente dos estudantes atingidos pela desistência. O gráfico 7 apresenta as localidades com mais frequência desse fenômeno.

Gráfico 7 - Porcentagem de cidades que apresentam maiores números de evasões (2013.1 -2017.1)

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

No gráfico acima podemos perceber que a cidade que apresenta maior porcentagem de alunos oriundos evadidos é a própria cidade de Vitória de Santo Antão com 36,8% (n=138), seguidos por Gravatá com 8% (n=30) e Amaraji com cerca de 6,9% (n= 25) do total de casos. Por outro lado, temos 7 localidades que apresentam menos de 1% dos casos, são elas: Aliança, Cumaru, Gameleira, Lagoa do Carro, Paudalho, Salgadinho e São Vicente Ferrer.

5.3 ANÁLISE QUALITATIVA DA PESQUISA - ENTREVISTAS

A fim de atingir os objetivos do trabalho, foi realizada a análise de conteúdo baseada em Bardin (2002). A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimento, sistemático e objetivo de descrição do conteúdo das mensagens que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

5.3.1 Motivações da evasão no IFPE - Campus Vitória de Santo Antão

As entrevistas dos estudantes evadidos foram analisadas a partir da análise categorial. As categorias encontram-se distribuídas no quadro 6.

Quadro 6 - Análise categorial das entrevistas

| Categorias iniciais | Categorias intermediárias | Categorias Finais |
|---|--|--|
| 1. Inserção no curso | I. Escolha do curso | I. Ingresso e Permanência na instituição |
| 2. Períodos estudados | II. Frequência do curso | |
| 3. Conciliar com a universidade | III. Dificuldades para a permanência (Motivo da evasão) | |
| 4. Conciliar com o emprego | | |
| 5. Faixa etária | | |
| 6. Contemplado ou não com a bolsa | IV. Bolsa permanência | |
| 7. Mais aulas práticas | V. Possíveis melhorias | II. Avanços e oportunidades |
| 8. Conhecer o local de atuação | | |
| 9. Comunicação e informação | | |
| 10. Perda ou não de oportunidade de emprego | VI. Oportunidade de emprego | |
| 11. Pretende ou não voltar | VII. Pretensão de voltar | |

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

5.3.2 Categorias finais

As categorias finais “Ingresso e permanência na instituição” e “Avanços e oportunidades” são a soma das categorias intermediárias: Escolha do curso; Frequência do curso; Dificuldades para a permanência (Motivo da evasão); Bolsa permanência; Possíveis melhorias; Oportunidade de emprego e Pretensão de voltar, respectivamente.

5.3.3 Categorias intermediárias

As categorias intermediárias são formadas pela junção das categorias iniciais: Inserção no curso; Períodos estudados; Conciliar com a universidade; Conciliar com o emprego; Faixa etária; Contemplado ou não com a bolsa; Mais aulas práticas; Conhecer o local de atuação; Comunicação e informação; Perda ou não de oportunidade de emprego; Pretende ou não voltar.

5.3.4 Categorias iniciais

Inserção no curso - Quando questionados a respeito do principal motivo para ingresso no curso os estudantes responderam:

Foi divulgação. Teve uma divulgação da prova, aí eu e mais duas meninas fizemos a prova, aí passamos e começamos a fazer o curso (Entrevistado E3, estudante).

É nas minhas palavras pessoais é que os cursos eles sejam mais divulgados. E que sejam feitas mais parcerias para, por exemplo, os cursos de agroindústria haja um incentivo de a própria instituição procurar trazer os empresários, os pequenos empresários para a escola para fazer parcerias, porque tem muita gente aí abrindo indústrias sem o conhecimento técnico ou então pessoas que se dizem ser da área e não são da área. Então poderia se fornecer todas as condições para esses empresários para se fazer troca de conhecimento e mão de obra (Entrevistado E8, estudante).

Bom, o curso de zootecnia foi assim um estímulo meio que pra ficar na instituição, pra continuar, não é? Como eu já havia feito o curso de agroindústria, aí eu gostei de estar dentro da instituição e também assim e como ainda eu não tinha conseguido a graduação era uma forma de continuar estudando. Por isso, foi o que realmente me incentivou a permanecer, a tentar outro curso. E que foi muito bom, eu gostei. Exatamente. Foi justamente isso, porque quando eu vim para cá foi pelo fato de eu não ter conseguido outro. Eu queria um ensino superior, mas aí eu também tentei o técnico aí como eu consegui, eu tentei me manter até consegui o superior que era pra eu não deixar de estudar. (Entrevistado E6, estudante).

De fato, foi a abertura de vaga que tem em concurso público para técnico agrícola e também eu fiquei interessado pela área (Entrevistado E7, estudante).

Professora, o que me fez escolher o curso subsequente para estudar, principalmente na área agrícola, que escolhi agricultura é por admirar o campo que poderia ser mais uma pessoa que pudesse trabalhar em cima da matéria, já que gosto de fazer jornalismo e me direcionar no futuro para falar só do campo. E o que me chamou também atenção é a quantidade de pessoas que migram do campo para a cidade e hoje a gente vê um campo carente, quando na verdade devia se investir na empregabilidade dando condições de vida melhor para o ruralista (Entrevistado E8, estudante).

Andreolla (2014) identificou que a maior causa de abandono entre os estudantes dos cursos técnicos é a prioridade dada ao trabalho. Ao aprofundar a pesquisa o autor observou que

os alunos que se afastam por este motivo passam a trabalhar em turno integral e recebem remuneração entre um e dois salários mínimos. Sobre esta causa, há duas possibilidades de interpretação: primeiro, os educandos abandonam pela necessidade de sustentação; ou, segundo, os alunos ainda não construíram a consciência de que a formação em Educação Profissional é um investimento que exige tempo, empenho e dedicação para possuir a titulação e de que posteriormente poderão disputar vagas em empregos cuja remuneração, possivelmente, será mais elevada porque corresponderá a esta maior capacitação.

Eu tentei Enem, aí não tinha passado nas opções que eu escolhi e já tinha feito o vestibular pra o técnico aqui. Aí eu estava vendo o mercado de trabalho... aí eu percebi que era bem... que estava bem alta a demanda para técnico em agricultura, aí eu fui fazer (Entrevistado E9, estudante).

Primeiramente, as condições de um emprego melhor. O curso técnico levaria que eu viesse ter um emprego melhor, mas em consequência de que eu estar desempregada e ter surgido a oportunidade de um emprego, por isso que eu parei (Entrevistado E10, estudante).

As falas dos entrevistados ressaltam o fato de a escolha pelo curso técnico ser feita como uma segunda opção, se caso o estudante não fosse aprovado no curso superior que almejava, ingressaria no curso técnico para não ficar sem estudar nada, assim na primeira oportunidade eles migram para o curso desejado. Assim esses estudantes já ingressam no curso técnico visando à aprovação no curso superior.

Períodos estudados - Ao investigar 232 estudantes evadidos dos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – *Campus Arinos*, Narciso (2015) observou que 82% da evasão, ocorrida entre 2009 e 2014, se deu no primeiro e segundo semestre. Para a autora tal condição provavelmente foi favorecida em virtude dos ingressantes não apresentarem rendimento acadêmico satisfatório para progredir no ano em curso. Os achados apontam para um caminho diferente que a partir dos relatos os estudantes evadidos cursaram até o segundo módulo.

Sim, até o segundo módulo completo. Foi eu parei no terceiro, não fui pra o terceiro módulo (Entrevistado E3, estudante).

...eu participei, sim, das aulas, participei todo um período e já estava no segundo período. Vivenciei diversas disciplinas (Entrevistado E6, estudante).

Eu cursei dois períodos. Aí no final do segundo, eu adoeci e tive que me ausentar. E aí foi mesmo que perdi. Eu perdi todas as disciplinas porque eu não fiz as provas (Entrevistado E9, estudante).

Eu fiz e ainda frequentei três meses. Quando ia chegando na parte das provas de período. Ainda fiz a primeira prova, do primeiro período. Quando foi a segunda, apareceu o trabalho. Aí eu comecei a trabalhar (Entrevistado E7, estudante).

Cheguei a estudar por sinal aulas produtivas como a redação técnica, também na disciplina que entrou matérias de segurança do trabalho, muito boas, também, aulas discutidas, como também as aulas de campo que tive a oportunidade de trabalhar; desenho técnico, tive bons frutos durante essas aulas, muito bom mesmo (Entrevistado E8, estudante).

Eu comecei a assistir às aulas frequentei alguns meses e participei das aulas do curso.
(Entrevistado E10, estudante)

Observa-se que os estudantes desistem do curso logo no seu início. Possivelmente, assim que surge algum problema na vida desse estudante a primeira atitude é desistir do curso, como se este não fosse sua prioridade.

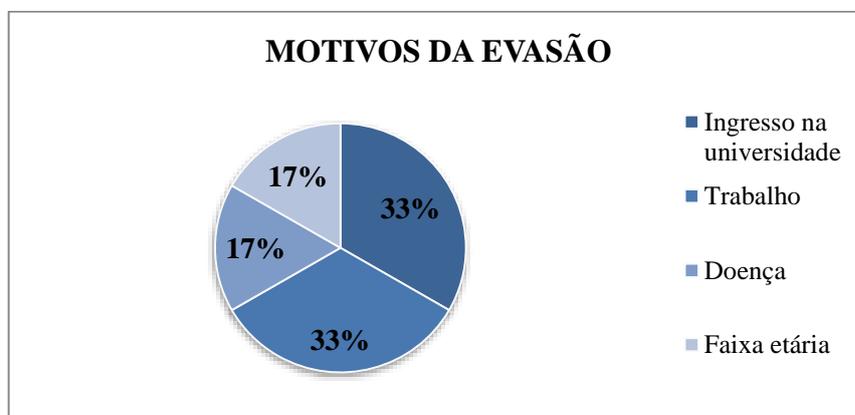
Conciliar com a universidade - Esta categoria ressalva o que já foi mencionado pelos entrevistados 1, 5 e 2. A evasão dos cursos técnicos para o ingresso no curso superior é um problema real.

Foi o choque de horário, porque eu ia continuar no terceiro módulo, aí eu comecei a estudar na universidade federal. E aí tinha aula no período da tarde, só que a gente tinha monitoria pela manhã, aí praticamente ou eu sair do curso, ou era reprovada por falta, aí eu preferi sair. Eu queria continuar nos dois cursos. Só que não deu pra ficar, porque de manhã eu estava com ele (filho dela) e de tarde eu ia pra faculdade, aí quando eu comecei na faculdade, tinha dia que eu tinha que ir de manhã pra monitoria, algum aula, algum trabalho, aí não batia os horários. E em relação a estágio, futuramente pra consegui o diploma você tem que está estagiando, ia ter esse mesmo choque. Aí no decorrer do curso aí tinha que ir de manhã (Entrevistado E3, estudante).

Para Dore e Lüscher (2011), a dualidade de objetivos e de organização é reconhecida como a marca distintiva da escola média no Brasil, desde os anos de 1930 até hoje: de um lado, formação geral, tendo em vista a continuidade de estudos no nível superior; de outro, formação profissional, com foco mais imediato no mercado de trabalho.

O ingresso na universidade e a inserção no mundo do trabalho foram as principais causas de evasão apontadas pelos estudantes evadidos entrevistados, conforme ilustra o gráfico 8.

Gráfico 8 - Motivo de evasão dos estudantes dos cursos subsequentes.



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Conciliar com o emprego - Em seu estudo sobre a evasão nos cursos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT-MG), Moreira (2012) identificou que 64,4%, dos entrevistados que tiveram necessidade de trabalhar assinalaram que esse fator foi preponderante para o abandono do curso do PROEJA. A dificuldade de conciliar o horário de estudo e trabalho é um fator que frequentemente pode contribuir para que o estudante seja obrigado a deixar o curso em favor do trabalho.

Na verdade, quando eu entrei no curso eu já estava procurando emprego também. Aí, infelizmente eu estava querendo conciliar os dois. Só que como o emprego foi muito longe, em Olinda, aí não tinha como conciliar o emprego pela manhã e o curso pela tarde. Infelizmente não tinha como (Entrevistado E7, estudante).

Na verdade, enquanto o curso, enquanto as aulas não houve dificuldade, o que me causou a desistência é que passei também a prestar serviços à tarde para a empresa que só trabalhava pela manhã, mas com a necessidade da empresa me solicitar no turno da tarde, em que estava em sala de aula. E também algumas aulas técnicas e visitas seriam pela manhã, então iria chocar o que me causou uma dificuldade. Para não ter problema com a empresa. Então, abri mão do curso, mas com vontade de voltar (Entrevistado E8, estudante).

Novamente percebe-se que os cursos técnicos funcionam como uma ocupação provisória em que o estudante permanece, enquanto não consegue a aprovação no curso superior ou um emprego.

Faixa etária - Essa categoria confirma as falas dos entrevistados G2 e E10 quando disseram que as turmas são heterogêneas em questão de faixa etária dos estudantes. Têm alunos recém-concluintes do Ensino Médio como também estudantes que pararam de estudar há um tempo e agora estão retornando para a sala de aula.

A dificuldade em sala de aula que eu sentia era a minha idade em relação aos alunos. Eu estudava com alunos muitos jovens eu já estava numa idade bem mais à frente e dificultava porque meu pensamento era completamente diferente da turma que era uma turma de 17, 18 anos e eu já estava com 38 anos, 37-38 anos, então isso dificultava um pouco a relação. Em relação ao aprendizado era maravilhoso, eles ajudavam, assim tinha uma consideração. Ah, não, a gente ensina... eu tinha uma bom relação bom relacionamento mas no dia .a dia eu tinha uma certa dificuldade de está ali, de estar no meio (Entrevistado E10, estudante).

A questão da idade tem alguns já mais, que já passaram dos 20, 25, às vezes, dos 30... (Entrevistado G2, coordenador)

A questão da idade pode ser decisiva na questão da evasão escolar, visto que em uma sala de aula com algum estudante com idade discrepante da média, este pode sentir-se deslocado daquele contexto escolar e assim perder o interesse e motivação para continuar estudando. Este problema foi identificado no presente estudo visto que a partir do relato do entrevistado E10, é possível observar que mesmo o estudante tendo uma boa relação com a turma, inclusive na

tentativa de eliminar as dificuldades de aprendizagem, o mesmo relata que tinha dificuldade em está estudando com pessoas bem mais jovens que ele.

Contemplado ou não com a bolsa:

Eu tive acesso ao bolsa permanência. Ajuda muito. Em questão de trabalho tudinho não tem como ter aquele dinheiro. Aí o bolsa permanência vem, mas a única dificuldade, a única coisa que deveria estabilizar era os meses de saída porque tem mês que sai um, tem vez que não sai, aí no outro mês saem os dois, aí tipo sair todo mês certinho. Não sei agora como tá, mas no tempo que eu entrei acumulava pro mês seguinte (Entrevistado E3, estudante).

De acordo com Daros (2016) a situação é acentuada quando os estudantes trabalhadores são os responsáveis não apenas pela manutenção de suas necessidades, mas pela manutenção de sua família. Além do mais, os auxílios financeiros são vulneráveis a dotações orçamentárias e procedimentos de fluxo de caixa do governo federal, não raramente, existem atrasos no recebimento dos auxílios pelos estudantes.

Eu tive acesso ao bolsa permanência e fazia parte do projeto de pesquisa de ciência do solo. Ajudou bastante, porque eu moro longe e foi uma força muito grande (Entrevistado E9, estudante).

O PIBIC é programa vinculado à área estratégica de pesquisa, cuja finalidade é incentivar a participação de estudantes em projetos de pesquisa. Neste processo espera-se proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa (IFPE, 2012, p. 17).

O gráfico 9 ilustra a quantidade de estudantes evadidos contemplados com o bolsa permanência³⁵.

³⁵ Quando questionados sobre o recebimento de bolsa permanência pela instituição 4 estudantes (67%) afirmaram não terem sido contemplados pelo programa. No estudo de Narciso (2015) esse percentual chegou a 89%.

Gráfico 9 - Contemplação dos estudantes dos cursos subsequentes evadidos ao programa bolsa permanência.



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Ressalva-se a necessidade de rever a política de acesso ao programa estudantil bolsa permanência para que contemple àqueles estudantes realmente necessitados conforme relata o entrevistado G4 quando diz:

Sem dúvida nenhuma há casos de muitos jovens aí da zona rural de acesso difícil de vir pra o *campus* que precisam realmente desse apoio financeiro, mas também há casos de jovens que inclusive já trabalham na indústria que também recebem esse apoio financeiro e que não deveriam receber. Se já tem uma remuneração já fixa, mensal. Mas assim, de maneira geral, independente dessas exceções, desses casos, de maneira geral, essa assistência dada, esse recurso financeiro para o jovem de uma situação rural, ele precisa desse apoio, dessas frações de reais aí que ele precisa para xerox, pra transporte, pra alimentação (Entrevistado G4).

Uma melhor distribuição de bolsas poderia beneficiar estudantes em suas necessidades financeiras podendo assim evitar que o mesmo abandone o curso para poder trabalhar como relata o entrevistado E7. Alguns estudantes mostram-se desinformados a respeito do programa, evidenciando a dificuldade da disseminação da informação no interior do *Campus*.

Não, não. Nem durante o curso de Agroindústria, nem de Zootecnia (Entrevistado E6, estudante)³⁶

Não, não tive. Não tive conhecimento, não tinha informação. Exatamente. Porque eu acho que se tivessem me informado, acho que nem no emprego eu estaria. Entendesse? A terminar o curso e eu não teria ido trabalhar, pelo fato de que meu salário é quase igual ou o mesmo valor do bolsa permanência (Entrevistado E7, estudante).

Não, porque como me enquadrei nas condições de assalariado, então perante os requisitos dos programas, eu não me enquadrava (Entrevistado E8, estudante).

Teve, sim. Inclusive pessoas que estavam na minha sala participaram, preencheram os formulários de bolsa permanência, inclusive até outras bolsas de custo pra ter

³⁶ Resposta quando questionado se durante o curso tomou conhecimento do Programa de Bolsa Permanência.

direito a receber uma verba para poder ajudar no curso. Teve, mas eu não participei. Porque não me interessou. Porque Eu achava que tinha pessoas ali que precisariam mais. Como é muito concorrido são muitos alunos que vão passar por uma seleção eu deixei. Eu morava próximo, iria a pé (Entrevistado E10, estudante).

A contemplação de bolsa de pesquisa, permanência ou auxílio financeiro auxilia os estudantes em suas necessidades financeiras, visto que muitos desses estudantes são de cidades vizinhas a Vitória, e têm despesas com alimentação, transporte e até moradia, para os que decidem morar na cidade para prosseguir os estudos no *Campus*.

Mais aulas práticas - Esta categoria confirma as inquietações dos entrevistados G1 e G2 a respeito da dificuldade da realização das aulas práticas. Para Carneti e Napp (2005), a prática e a teoria deveriam ser associadas e não dissociadas. Porém, essa associação muitas vezes não está sendo aceitável, pois a realidade muitas vezes não condiz com o conteúdo aprendido em sala de aula.

Eu acho assim... que logo no começo... a partir do momento que agente começa o curso e vai se identificar com o que a gente vai querer realmente, eu acho que mais práticas (Entrevistado E3, estudante).
...no curso não eu gostei que só, tem muito experiência mesmo de prática, gostei que só (Entrevistado E9, estudante).

Muitas vezes na instituição não há infraestrutura adequada para a execução de aulas práticas, mesmo não se evidenciando essa deficiência no *Campus* Vitória, está é uma realidade de muitas escolas brasileiras.

Conhecer o local de atuação - Para Meira (2015) é preciso refletir sobre a necessidade da oferta de vagas para cursos técnicos que estejam em consonância com a demanda do mercado de trabalho, a partir do qual devem ser atualizados projetos e matrizes curriculares dos cursos, visando suprir a exigência de formação profissional adequada ao perfil que o público externo exige. E não só isso, divulgar amplamente os cursos existentes ao potencial mercado local e nacional, assim como, buscar parcerias com empresas para alocação de seus alunos formados ou em processo de formação são ações relevantes.

Para manter os estudantes no curso se faz necessário que esse estudante perceba as oportunidades de emprego que surgirão após a conclusão do mesmo. Para isso é importante que a escola esteja de acordo com as exigências do mercado de trabalho, formando assim profissionais aptos e capacitados para adentrar esse mundo.

Em relação às práticas eu acho que a gente tinha que conhecer o local que a gente vai trabalhar seja em laboratório ou dentro de uma fábrica esse contato que a gente tem seria mais interessante para que não houvesse evasão, porque muitos desistem porque não se identificam com a cadeira, com o curso, enfim (Entrevistado E3, estudante). Pelo menos conhecer o local que a gente vai trabalhar. É feito, mas é feito lá no laboratório. Até alguns professores pensam levar a gente; Só que no tempo em que eu estudei no primeiro módulo não tive nenhuma viagem. No segundo módulo, também nenhuma. Então, acho que o contato entre o local de trabalho seja em laboratórios ou fábricas específicas seria melhor para conhecer (Entrevistado E3, estudante).

Segundo Andreolla (2014), a integração aluno-empresa-escola é uma estratégia positiva para alinhar a oferta de cursos com a necessidade da demanda por profissionais.

O que tem que ser melhorado é ser mais esclarecido para os ruralistas e se abrir mais empresas, indústrias de pequeno e médio porte para que incentivem os jovens a fazerem os cursos e como daqui saem preparados para o mercado de trabalho. O que falta é campo de emprego para que eles possam ter mais incentivo, porque a senhora observa: vai abrir concurso para a polícia militar, aí abre-se um cursinho, então, preenche as vagas daquele cursinho, ah vai ter vaga, por exemplo: hoje as pessoas estão fazendo vários cursos técnicos ao invés de faculdade. Porque alguns cursos técnicos em diversas áreas, como: psicologia, pedagogia, fisioterapia são os últimos cursos superiores que estão dando emprego, hoje a senhora ver a quantidade de pessoas que estão fazendo advocacia é o mercado se abrindo. A mesma coisa é com a questão do curso técnico subsequente de Escolas de Referência como é a Escola Técnica IFPE, hoje IFPE. Então se abrisse mais vaga de emprego e condições relacionadas ao curso mais pessoas iriam fazer por que elas passam a desestimular no futuro ou até mesmo no meio do curso (Entrevistado E8, estudante).

A necessidade da adequação da oferta do curso deve estar em consonância com o mercado de trabalho, é extremamente importante, ao implantar um curso devem-se levar em consideração as oportunidades de atuação no mercado de trabalho que os estudantes vão ter após a conclusão do mesmo.

Comunicação e informação - A partir da fala do entrevistado E9, fica perceptível a dificuldade de comunicação que existe no IFPE- *Campus* Vitória de Santo Antão, talvez por ser territorialmente extenso e alocar as coordenações dos cursos descentralizadas do prédio central.

Eu acho que uma explicação maior na questão de se você perder provas explicar melhor os prazos. Essas coisas assim. Principalmente do curso de agricultura que a turma era muito pequena e a gente ficava sem informação nenhuma no *campus* se não tivesse a representante a gente não saberia de nada. Data de prova assim essas coisas a gente tinha. O contato aluno-professor a gente tinha, mas o contato com coordenação. É tanto que a gente só veio conhecer o coordenador na metade do segundo período. Não teve essa apresentação. Esse processo de data quase não sabia, não ficava por dentro de nada (Entrevistado E9, estudante).

Pelo *Campus* ser grande territorialmente e descentralizado, muitas informações acabam não chegando aos cursos que ficam fora do prédio central. Para Costa e Santos (2017) no que diz respeito à comunicação interna, trata-se de um problema de gestão pedagógica e administrativa.

Perda ou não de oportunidade de emprego - Quando questionados se evasão do curso levou o estudante a perder alguma oportunidade de emprego os estudantes responderam:

Levou a algumas antes de terminar (Entrevistado E7, estudante).

Levou porque eu estava querendo estágio agora que tá muito ruim só com o primeiro período do superior não estou conseguindo. Se eu estivesse nos dois era bem mais fácil de arrumar um estágio (Entrevistado E9, estudante).

Sim, sim, até porque tem aquela área do Vale do São Francisco que uma vez por outra a gente vê que está necessitando de técnico, certo? É, e as pessoas que fazem os cursos aqui são da área técnica, da área agrícola que necessita lá em Petrolina. E com certeza perdi, eu já estava me considerando uma pessoa que iria ter um futuro pela frente. Até eu discutia na sala de aula por sinal com professor XXXXXX o que poderia fazer é uma possibilidade de fazer com que as pessoas adquiressem produtos de qualidade como aprendi muito bom que não tinha conhecimento na matéria do professor XXXXX como associativismo e cooperativismo. Hoje muitas pessoas estão à frente de associações sem ter a mínima noção do que é associativismo, muita gente que diz que está à frente de uma cooperativa e não sabe cooperativismo para esclarecer melhor a população que não tem esse conhecimento (Entrevistado E8, estudante).

Como eu falei, eu saí do curso para ingressar no curso superior. Então, eu nem fui procurar emprego e fui direto para estudar novamente (Entrevistado E6, estudante).

Não (Entrevistado E10, estudante).

Destaca-se na fala dos coordenadores e também na de alguns estudantes evadidos o apoio, o incentivo oferecido pelos professores dos cursos subsequentes aos alunos, motivando-os para permanecerem estudando. Tal situação diferencia-se daquela encontrada por Figueiredo e Salles (2017) em seu estudo sobre a evasão do curso técnico do Cefet/RJ, os autores identificaram a partir das entrevistas com os estudantes evadidos que os professores do curso são pouco incentivadores.

Pretende ou não voltar - Para Moreira (2012) o alto índice dos alunos que têm a intenção de retornar aos estudos, pode ser considerado um aspecto positivo, pois sugere que a maioria dos sujeitos que evadem não está disposta a desistir de obter sua formação. A maioria dos estudantes entrevistados informou que pretende voltar e concluir o curso subsequente como mostra o gráfico 10.

Gráfico 10 - Pretensão de voltar a estudar dos estudantes evadidos dos cursos subsequentes.



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Quando questionados se pretendiam retomar ao curso, os estudantes responderam:

Não, eu desisti. Mas eu pretendo ir lá pra ver como é que fica a situação. Pra ver se eu começo de novo, ou se começo da parte que eu parei, os dois módulos completos (Entrevistado E3, estudante).

Sim, eu estou retornando, também. Eu estou dando Graças a Deus, esse ano agora eu termino meu contrato em dezembro, dia 21. E em janeiro eu estou começando de novo. Reintegração. Já foi aprovada a reintegração. Eu já estou fazendo a matrícula (Entrevistado E7, estudante).

Hoje mais não. Porque pra mim não é mais viável. Porque eu já tenho um norte, já tenho uma direção, que é justamente pra essa área do ensino superior. Não tem mais porque voltar (Entrevistado E6, estudante).

Não (Entrevistado E10, estudante).

O interesse em retomar os estudos demonstra que esta interrupção foi causada por motivos externos a instituição. Ou seja, foi causada por algum motivo pessoal do estudante que naquele momento não o permitiu concluir o curso.

5.4 PERCEPÇÃO DA GESTÃO E COORDENADORES DE CURSO SOBRE AS CAUSAS DA EVASÃO NO IFPE – CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

A interpretação das entrevistas com os coordenadores e o gestor foi realizada a partir dos desmembramentos das categorias iniciais, intermediárias e finais. Tais categorias encontram-se no quadro 7.

Quadro 7 - Análise categorial³⁷ das entrevistas dos coordenadores dos cursos subsequentes

| Iniciais | Intermediárias | Finais |
|--|--------------------------------|---|
| 1. Migração para o curso superior | I. Questões pessoais | I. Fatores Externos à instituição |
| 2. Inserção no mercado de trabalho | | |
| 3. Constituição de família | | |
| 4. Dificuldade com a Matriz curricular | | |
| 5. Não identificação com o curso | | |
| 6. Problemas financeiros | | |
| 7. Público alvo | | |
| 8. Dificuldades pessoais | | |
| 9. Qualificação para a indústria | | |
| 10. Qualidade da Educação básica | | |
| 11. Modo de ingresso | II. Seleção | II. Fatores Internos à instituição |
| 12. Divulgação da seleção | | |
| 13. Política de assistência estudantil | III. Assistência social | |
| 14. Incentivo e Motivação | IV. Possíveis soluções | |
| 15. Mudanças na grade curricular | | |
| 16. Investir na agroecologia | | |
| 17. Mais aulas práticas | | |
| 18. Formação de comissão e trabalho de prevenção da evasão | | |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

5.4.1 Categorias Finais³⁸

Fatores Externos à instituição e Fatores Internos à instituição

Os fatores externos à instituição e que contribuem para a evasão escolar estão relacionados com as dificuldades individuais e o contexto sócio-político-econômico ao qual o estudante está inserido. Esta categoria é soma das categorias intermediárias “Questões pessoais” e “Perfil dos estudantes”. Segundo Campos e Santana (2013) os fatores externos estão

³⁷ Segundo Bardin (2002) a análise categorial é uma das técnicas utilizadas na análise do conteúdo, a autora ressalva que a análise por categorias é a mais antiga e mais utilizada, a técnica baseia-se no desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.

³⁸ Este estudo segue o modelo de apresentação dos dados abordado por Silva (2012) em seu trabalho, o mesmo apresenta inicialmente as categorias iniciais e vai desmembrando-as até as finais.

relacionados a um contexto social maior, difícil de ser resolvido no âmbito da escola. Entretanto, se a instituição de ensino conseguir resolver os fatores internos, ou seja, quando se detectem problemas pertinentes a ela, reduzir-se-ão os altos índices de evasão escolar. Assim esta categoria foi constituída a partir da aglutinação das categorias intermediárias: “Seleção”, “Assistência Social”, “Possíveis Soluções”. Para Espínola (2010) os fatores internos são aqueles que ocorrem dentro da instituição de ensino e influenciam diretamente o aluno à desistência. Como também situações mal vivenciadas pelo educando defronte às perspectivas que venham ter para amplitude de seu desenvolvimento psicossocial e a direta atuação do profissional da educação.

5.4.2 Categorias Intermediárias

As categorias intermediárias são resultado da junção das categorias iniciais, as mesmas foram aglutinadas para uma melhor compreensão dos diferentes eixos causadores do problema. Assim as categorias intermediárias são formadas a partir das categorias iniciais: Migração para o curso superior; Inserção no mercado de trabalho; Constituição de família; Dificuldade com a Matriz curricular; Não identificação com o curso; Problemas financeiros; Público alvo; Dificuldades pessoais; Qualificação para a indústria; Qualidade da educação básica; Modo de ingresso; Divulgação da seleção; Política de assistência estudantil; Incentivo e Motivação; Mudanças na grade curricular; Investir na agroecologia; Mais aulas práticas; Formação de comissão e trabalho de prevenção da evasão.

5.4.3 Categorias Iniciais

As categorias iniciais são as primeiras impressões a respeito do tema, as mesmas são respaldadas com trechos das falas dos entrevistados e referencial teórico. Neste trabalho identificamos as seguintes categorias iniciais: Migração para o curso superior; Inserção no mercado de trabalho; Constituição de família; Dificuldade com a Matriz curricular; Não identificação com o curso; Problemas financeiros; Público alvo; Dificuldades pessoais; Qualificação para a indústria; Qualidade da educação básica; Modo de ingresso; Divulgação da seleção; Política de assistência estudantil; Incentivo e Motivação; Mudanças na grade curricular; Investir na agroecologia; Mais aulas práticas; Formação de comissão e trabalho de prevenção da evasão.

Migração para o curso superior - Para Andreolla (2014), a opção pela formação na Educação Superior contribui para a evasão somente dos alunos estudantes dos Cursos Técnicos. Há uma compreensão de certo “menosprezo” pelos cursos técnicos, ao invés da concepção de que pode ocorrer a articulação, a complementação entre Educação Profissional e Educação Superior, fortalecendo e subsidiando com qualidade a formação. Tal situação foi observada pelos coordenadores, conforme mostra suas falas.

Então a gente tem vários outros problemas com relação à evasão. Aí falando do subsequente: Primeiro que eles já terminaram o ensino médio, então, eles pleiteiam outras coisas, também. Se ele passar no vestibular hoje, o que vai acontecer: ele não vai pensar duas vezes de não assumir um curso superior (Entrevistado G1, coordenador).

É a principal causa, eu acho que é a concorrência com os cursos superiores. Inclusive no âmbito do *campus*, porque a gente oferta, por exemplo, um curso em agricultura e tá ofertando um curso em agronomia... (Entrevistado G5, diretor).

Eu acho que a principal delas é o ingresso nos cursos superiores. Então, muitos deles, fazem o vestibular e ficam naquela expectativa né? Às vezes, são chamados em remanejamentos e vão pra Universidade, né? Mas eu acho que mais realmente essa questão do vestibular e, às vezes acontece deles abandonarem até após o segundo módulo. Exemplo: Eu fiz o Enem esse ano e não passei, aí vou fazer o subsequente. Aí faço aqui o ano de 2018, só que no final de 2018 eu fiz o ENEM e passei. Então, no início de 2019, que é quando eu terminaria o subsequente e iria pra o terceiro módulo eu não venho mais, porque eu estou na universidade, então, é isso que eu acho que dificulta, eu acho que a maior causa seria essa (Entrevistado G2, coordenador).

Tal situação se comprova na fala do estudante:

... um problema muito grande foi chegar ao terceiro módulo porque eu tinha problema com animais de grande porte. Mas assim, isso não foi o que realmente me estimulou a minha saída foi mais por conta da graduação ter conseguido um curso de nível superior (Entrevistado E6, estudante).

Tais falas evidenciam como é comum a migração do ensino técnico para o superior. Não que tal progresso seja considerado ruim para os estudantes que abandonam o ensino técnico para o superior, no entanto demonstra que os mesmos não compreendem a importância que a formação técnica pode acrescentar na vida profissional.

Inserção no mercado de trabalho - É muito comum acontecer a evasão escolar por motivos de trabalho, a necessidade financeira, a idade e a oportunidade de um emprego porque levam muitos jovens a abandonarem as salas de aulas para ocuparem os postos de trabalho, que muitas vezes são serviços operacionais com baixa remuneração. Para Silva (2015) são diversas as situações que vêm evidenciando ainda mais a evasão escolar como uma importante expressão da questão social, pois a interrupção do aluno na sua trajetória escolar gera uma série de

prejuízos tanto para sociedade civil como para si mesmo, pois se tornará um trabalhador sem qualificação, mal remunerado e sempre assombrado pelo fantasma do desemprego.

Costa (2017) ressalva que os estudantes com renda familiar baixa são, em sua maioria, voltados ao trabalho menos qualificado e menos remunerado, já que possuem menor acesso à informação e à qualificação, coisa que pode ser resolvida com a educação, pois, quanto maior educação, maior qualidade no trabalho intelectual.

Muitos que são carentes, como já terminaram o ensino médio, muitos pais falam: “terminou os estudos, meu filho, vá trabalhar” (Entrevistado G1, coordenador). Eu acho que os alunos subsequentes eles ficam muito tentados a entrar no mercado de trabalho logo. Então, eles ficam ansiosos por se manter por muito tempo como estudante e não ter acesso rápido ao mercado de trabalho (Entrevistado G5, diretor). Então, nosso cliente apresenta algumas causas de evasão umas das principais que é até a causa nobre são as indústrias de alimentos que tem aqui em Vitória de Santo Antão que empregam essas pessoas e aí o horário choca com o horário do curso e eles evadem para trabalhar, essa é a primeira causa bem visível. E aí entre trabalhar e ficar desempregado, não é? Fazer um curso desempregado. Eles saem. Isso aí a gente percebe claramente “Professor, eu gosto do curso, é muito bom, mas eu preciso trabalhar, preciso ganhar dinheiro.” Mas infelizmente, digo a você, a crise nos ajudou a manter o nosso aluno aqui. É tão interessante, não é? (Entrevistado G4, coordenador).

Tal situação também foi evidenciada nos estudos de Figueiredo e Salles (2017). Para os autores a causa de abandono bastante frequente nas pesquisas sobre evasão, a oferta de trabalho e/ou outros estudos conduzem os estudantes a tomarem decisões aparentemente impensadas, quase sempre pautadas na possibilidade de vantagens imediatas. Ainda que essa aparente seja uma razão bastante razoável para determinar, sozinha, a evasão do estudante, está associada a alguns outros fatores que se desdobraram ao longo da trajetória do aluno na Instituição.

Constituição de família - De acordo com Stearns e Glennie (2006), estudantes do sexo feminino e estudantes não brancos têm maior tendência a deixar a escola por responsabilidades familiares, ao passo que estudantes do sexo masculino, em especial os mais velhos, tendem a abandonar os estudos por razões de emprego.

Muitos alunos já têm filho, tem casa, é do lar, tem que cuidar das coisas. Então, tudo isso atrapalha para uma possível evasão (Entrevistado G1, coordenador).
... até a questão familiar, muitas vezes casa, muitas vezes arruma um emprego. (Entrevistado G2, coordenador).

De fato, a formação de família e com a idade as responsabilidades da vida adulta muitas vezes refletem no baixo desempenho escolar. É compreensível que o cansaço do trabalho e a

quantidade de atividades domésticas a serem realizadas contribuam para o afastamento desse estudante da escola, no entanto este deveria ser mais um motivo para que este estudante continuasse estudando e buscando uma boa qualificação profissional no intuito de proporcionar através do estudo uma melhor qualidade de vida para sua família.

Dificuldade com a Matriz curricular:

Às vezes, o primeiro módulo, o que é que eu percebo aqui? Até a gente falou isso aí em reuniões: o primeiro módulo tem disciplinas não muito atrativas para esses alunos. Tipo: as disciplinas básicas, que são mais de é... não direciona, assim, não vivencia o que ele escolheu ainda. Um exemplo na minha área zootecnia, então, quando o aluno entra para o subsequente de zootecnia ele só vai ver disciplinas realmente ligadas aos animais. Ele só vai lidar com animais a partir do segundo módulo. No primeiro ele tem disciplina que é introdução à zootecnia que ele tem uma noção, mas assim não é aquele contato direto, aquela coisa e as outras são o quê? Desenho técnico, segurança no trabalho, redação técnica. Então eu acho aquela coisa muito teórica, e eu acho que isso é uma coisa que afugenta e não só em Zootecnia a gente percebe isso tanto em agricultura, quanto em agroindústria de ter essa parte mais prática da coisa, só a partir do segundo módulo e, muitos já desistem no primeiro por esperar e ter uma expectativa e não corresponde (Entrevistado G2, coordenador).

Araújo e Santos (2012) destacam a influência que uma escola não-atrativa tem sobre o motivo de evasão dos estudantes

A questão da escola não-atrativa em que por diversos fatores internos não favorecem um ambiente de acolhimento e principalmente de aprendizagem aos alunos corresponde como fator de exclusão dos alunos. A escola com currículos desatualizados, que não apresenta o perfil do curso e sua importância para o mercado, falta de apresentação da demanda em empregabilidade na área do aluno, a falta de ações pedagógicas em disciplinas com altas taxas de retenção, a falta de apresentação coerente dos critérios e do sistema de avaliação do desempenho do aluno, a falta de formação didático pedagógica dos professores, professores desmotivados, poucas visitas técnicas, poucas ou nenhuma aula prática, pouca divulgação de vagas de estágio, a falta de parcerias e convênios com empresas para o estímulo da aprendizagem contextualizada, a falta de estágios e empregos aos alunos, a falta de adequação de plano de carreira do professor, a falta de estrutura na escola, a falta de laboratórios, de equipamentos de informática, de recursos humanos para apoio aos alunos, como psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais, além de apoio e reforço para os alunos com dificuldades (ARAÚJO; SANTOS, 2012, p. 14).

Assim se faz necessária uma mudança nessa grade curricular, incluindo mais aulas práticas, visitas técnicas e viagens pedagógicas onde o estudante vá vivenciar situações corriqueiras dos profissionais de sua área.

Não identificação com o curso - Em seu estudo com estudantes evadidos do curso técnico de Informática, Cravos (2012) identificou que a maioria das desistências é dada pela não identificação com o curso. Muitos alunos desistentes apontaram também que tinham

dificuldades para se dedicar ao curso, pois a maioria precisava trabalhar na parte da manhã e acabava sem tempo para acompanhar as disciplinas.

Outra coisa é a questão da atração, não sei, vamos dizer assim, a identificação com o curso (Entrevistado G2, coordenador).

No entanto no presente estudo questões como ingresso no curso superior e a necessidade de trabalhar mostraram-se decisivas para os estudantes abandonarem os cursos.

A partir da fala de um estudante fica perceptível que a não identificação com o curso também influencia na sua saída dele,

... um problema muito grande foi chegar ao terceiro módulo, porque eu tinha problema com animais de grande porte. Mas assim, isso não foi o que realmente me estimulou a minha saída foi mais por conta da graduação ter conseguido um curso de nível superior. Porque eu tenho medo de alguns animais e aí eu ficava meio problemática com isso, mas os professores me davam bastante apoio, me influenciavam, ajudavam, diziam que a gente ia começar a perder esse medo (Entrevistado E6, estudante).

A estudante (E6) era aluna do curso de zootecnia, um curso que tem a finalidade de desenvolver as potencialidades dos animais domésticos. Pelo relato do estudante o mesmo tem medo de alguns animais e mesmo assim matriculou-se em um curso de manejo animal. Em seu estudo Araújo e Santos (2012) também observaram que dentre os principais motivos de evasão de uma Instituição de Educação Profissional em um Município do Vale do Paraíba Paulista, constatou-se a não identificaram dos estudantes com o curso.

Nesta fala destacam-se dois pontos importantes, o medo de animais de grande porte talvez retrate a não identificação do estudante com este curso. Ressalva-se, também, o incentivo e apoio demonstrado pelos professores. A instituição de ensino pode atuar nessa questão da identificação ou não do estudante com o curso escolhido, ações como palestras informativas sobre o curso, grade curricular, mercado de trabalho, e até levar os estudantes para ambientes tipicamente associados ao curso podem auxiliar nesse processo adequação do perfil estudantil com o curso.

Problemas financeiros - Para Silva (2013) as altas taxas de evasão e retenção podem ser explicadas também pela falta de informações sobre o curso pretendido, pelo pouco envolvimento com o curso e os outros atores educacionais, pelas dificuldades financeiras, pela incompatibilidade com o trabalho e pelas dificuldades de aprendizagem.

Lógico que tem outras causas de problemas pessoais, às vezes problemas financeiros (Entrevistado G2, coordenador).

Em seu estudo Silva (2011) identificou que as causas da evasão na escola estadual (campo do estudo), vêm dos próprios alunos, uma vez que muitos abandonam a escola para trabalhar, ou seja, ajudar no sustento da família.

Público-alvo - Os mapeamentos periódicos do perfil do estudante realizados pelas instituições integrantes da Rede Federal (esse mapeamento é realizado por meio de uma caracterização socioeconômica nos processos de inscrição em exames de seleção, de matrícula inicial e de renovação periódica de matrícula), sinaliza o atendimento de um percentual significativo de uma população socioeconomicamente vulnerável, constituída marcadamente por estudantes de baixa renda, trabalhadores, residentes em localidades distantes ou com necessidades educacionais específicas (BRASIL, 2014, p. 27).

Então, aquele aluno que estudou nas DAMAS, por exemplo, tem um ensino médio de uma qualidade melhor do que um menino que estudou numa escolar rural, alguém em Jabotão, alguém de uma cidade que teve uma escola estadual melhor do que a desses meninos da zona rural e acaba tomando uma vaga, porque a concorrência fica desleal e é para todo mundo quando a gente focava esse público-alvo. Lógico que a gente tem que pensar numa estratégia mais única, a gente também pode excluir essas pessoas que querem investir numa nova carreira (Entrevistado G1, coordenador).

A diminuição, como eu falei, o problema da questão do processo. São os perfis dos alunos têm muitos alunos que não entram com o perfil agrícola, por isso que tem essa evasão, eles se cansam do curso, ver que não é a área dele, passam no vestibular pra uma coisa que realmente queria. Então, são vários os fatores que estão contribuindo pra isso, não é? (Entrevistado G1, coordenador).

Agricultura é um caso específico. Porque os cursos subsequentes a gente também tem que ver os critérios de seleção de alunos. Quem é o público-alvo. Por exemplo: Quando você bota um curso subsequente numa escola que trata como vestibular, isso é um problema. Porque geralmente o público do curso de agricultura são filhos de agricultores que quando você passa por âmbito geral pra concorrer no vestibular, talvez não seja a forma ideal de selecioná-los. Aí você tem que ir na comunidade fazer um trabalho específico, aplicar uma forma de coletar se realmente aquele público é específico e tem uma forma diferente de seleção, considerando os princípios da isonomia e razoabilidade para ver se a gente melhora o índice de permanência. Então é oferecer o curso certo as pessoas que precisam desse curso e que vão permanecer e não abandonar porque entrou no curso que não tinha o perfil, por exemplo (Entrevistado G5, diretor).

De acordo com a legislação em vigor e a Organização Acadêmica do IFPE, para ingresso no Curso Técnico em Agricultura Subsequente ao Ensino Médio, o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio ou Equivalente e a admissão ocorrerá através de:

a) exame de seleção aberto a candidatos, onde os classificados serão matriculados compulsoriamente em todos os componentes curriculares do primeiro período; b) transferência de estudantes oriundos de outras instituições de ensino da Rede Pública Federal, mediante a existência de vagas, salvo nos casos determinados por lei específica. O processo seletivo será anual e regulamentado através de edital próprio com indicação dos requisitos, condições e sistemática de processo, documentação exigida, além do número de vagas oferecidas, por entrada e turno (IFPE, 2013, p. 18).

Observa-se que os cursos técnicos oferecidos pela instituição são de vocação agrícola, assim têm mais chances de concluir aqueles alunos que já tiveram alguma experiência com o campo ou mesmo vêm dele. Nada impede que um estudante do centro da cidade que ingresse em um desses cursos obtenha êxito. No entanto, serão necessários mais esforço e dedicação da parte desse estudante dos aqueles alunos que já estão familiarizados com a atividade rural.

Dificuldades pessoais:

No nosso caso, especificamente, essa questão financeira apesar de alguns receberem bolsas, mas aí necessitam de transporte para outras cidades. Então, a gente tem muito essa questão financeira da coisa (Entrevistado G2, coordenador).

...porque às vezes o aluno precisa. Como o subsequente é só um turno na escola, então eles têm essa dificuldade não tem uma moradia, não consegue... apesar das escolas terem... de alguns alunos ficam por conta de trabalhar na cidade de origem que ele tem que voltar no outro turno se não sei se alguma coisa nesse sentido de ajudar esses alunos nessa logística, se adiantaria, porque muitos deixam por conta disso, porque eles vêm de outra cidade. Sim, a maioria vem de outra cidade, a maioria sim, poucos são de Vitória. Isso dificulta muito. Aí muitos alunos chegam a desistir por conta disso (Entrevistado G2, coordenador).

A terceira causa que eu vejo bastante forte é a faixa etária: nós trabalhamos com jovens que chegam ao subsequente ainda de menores com 17 anos, dar pra se ver pela matrícula e também com pessoas com mais de 40, 50 anos. Você tem na turma pessoas com faixa etária diferentes com visões de mundos diferentes e aí existe um choque de conceitos de formação entre eles isso também é outra causa que faz alguns deles desistirem, não é? (Entrevistado G4, coordenador).

A questão da idade tem alguns já mais, que já passaram dos 20, 25, às vezes, dos 30; até a questão familiar, muitas vezes casa, muitas vezes arruma um emprego. Então, principalmente, a questão do emprego, que é outro fato que eu esqueci de mencionar. Que arruma um emprego, como eles já estão numa faixa etária mais dessa questão da responsabilidade muitas vezes já tem uma família e precisa ter um vínculo no emprego e aí eu acho que seria nessa questão (Entrevistado G2, coordenador).

Para Figueiredo (2014) a dificuldade de conciliação entre as diversas atividades desenvolvidas pelos estudantes tem sido relatada nas pesquisas como uma das principais causas de evasão. Esse fator, geralmente associado ao extremo cansaço e ao desempenho insatisfatório do estudante no Curso e à queda das notas no Ensino Médio, encontra agravantes no ritmo corrido das aulas e na carga horária do curso, que alguns consideraram exaustiva. Idade fora da faixa etária do restante da turma, questão financeira, residência em outro município foram os

principais motivos citados pelos coordenadores dos cursos quando questionados sobre a maior dificuldade enfrentada pelos estudantes dos cursos técnicos.

Qualificação para a indústria - Segunda Matta et al. (2016), por focar diretamente na produtividade da mão de obra, a política de educação é fundamental para o crescimento econômico sustentável. O mercado de trabalho no Brasil carece muito de mão de obra qualificada. O governo federal tem investido maciçamente na educação profissional, devido à imensa necessidade de mão de obra especializada para atender à demanda do mercado de trabalho atual. A rede federal está sofrendo a maior expansão de sua história.

Alguns estão na indústria, mas acontece ao contrário, já estão na indústria e percebem a importância de fazer um curso técnico e aí ficam sobrecarregados em termos de carga horária, por exemplo, trabalhar no terceiro turno, das 11 horas até às 6 horas da manhã, e de 7 horas está aqui estudando com a gente morto de sono, mas que tentando compensar a falta de formação técnica que não teve. Tem o contrário, também, pessoas que estão na indústria que vem fazer o curso técnico, talvez seja o principal fator que faz com que a gente é ...(Entrevistado G4, coordenador).

Diante desta dificuldade é importante a construção de uma parceria escola-indústria no sentido de tentar aperfeiçoar os horários desses estudantes que trabalham nessas fábricas. Visto que a indústria necessita de profissionais capacitados, para esses profissionais se qualificarem precisam continuar estudando, assim o ideal seria uma flexibilidade no horário de trabalho desses trabalhadores que estudam.

Qualidade da Educação Básica - Os coordenadores destacaram as dificuldades que os estudantes têm com alguns conteúdos básicos trabalhados no ensino médio, e que isso acaba dificultando a sua permanência e sucesso nos cursos técnicos.

Trabalhamos com pessoas com formação bastante fragilizada. E aí há um cuidado muito grande do quadro de professores para tentar resgatar, desenferujar, o termo mais correto é esse tornar o voltar a estudar uma coisa habitual na vida dessas pessoas e aí alguns deles não têm êxito exatamente por isso por não alcançar. Faixas etárias, mas assim, apesar da exigência ser o ensino médio, mas eles vêm com o ensino médio no papel, na formação mesmo, eles não têm o ensino médio ainda. Não sei se você está entendendo? Não sabem matemática básica, não sabe regra de três, coisas né? Português entendeu? Existem deficiências enormes (Entrevistado G4, coordenador).

Tal situação apresenta-se como uma contradição, visto que Pernambuco encontra-se hoje em primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com nota

de 4,5 pontos enquanto a média brasileira é de 3,5. Assim, vale refletir como essa educação está ocorrendo de fato.

Segundo Figueiredo e Salles (2017) a falta de conhecimento ou habilidade base é um resultado típico nas pesquisas sobre evasão escolar. Diz respeito a lacunas em estudos anteriores ou mesmo concomitantes que dificultam, sobremaneira, o aprendizado do aluno, podendo referir-se, ainda, à ausência de habilidades que são importantes para a construção de conhecimentos em uma determinada área.

Em seu estudo Figueiredo e Salles (2017) também identificaram entre as dificuldades pessoais enfrentadas pelos estudantes evadidos a “falta de conhecimento ou habilidade base”, para as autoras tal situação é um resultado típico nas pesquisas sobre evasão escolar.

Tem a ver com o fato de que falta de base, em uma análise mais ampla, é também questão de política pública. Se os alunos não dispõem dos conhecimentos básicos necessários ao acompanhamento das aulas, é porque, em muitos casos, são oriundos de escolas precarizadas, onde convivem com problemas que vão desde a ausência de infraestrutura básica para o aprendizado até a falta de professor ou de um ensino que possa lhes garantir condições mínimas de participação (FIGUEIREDO; SALLES, 2017, p. 25).

A falta do domínio de conteúdos básicos está atrelada as dificuldades no ensino na educação básica, muitos desses estudantes são provenientes de escolas públicas. Mesmo o estado de Pernambuco estando com média 4,5 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPEP), bem acima da média nacional de 3,5.³⁹ Na tentativa de amenizar tais dificuldades, o Instituto pode oferecer um reforço das disciplinas da educação básica necessárias para a obtenção do êxito no curso técnico.

Modo de ingresso - Para alguns coordenadores a alta taxa de evasão também está relacionada ao modelo de processo seletivo ao qual a instituição está submetida, visto que atualmente o modo de entrada em todos os cursos se dar através de uma prova de vestibular unificado para todos os cursos e *Campi*.

Esse problema de evasão, acho que vem já um pouco do começo do método de seleção que nós temos que é o nosso vestibular. Esse vestibular a ideia do vestibular, como é que fala Unificado, não é? Que o IFPE faz, que é feito por uma comissão de Recife,

³⁹Ver: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/06/29/interna_vidaurbana,756216/ensino-publico-de-pernambuco-supera-media-nacional.shtml>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

da Reitoria. Isso prejudica um pouco a nossa seleção em relação ao perfil do aluno (Entrevistado G1, coordenador).

É a questão de ele não conseguir perceber o perfil de nossos alunos, aqui da região (Entrevistado G1, coordenador).

No nosso *campus* Vitória, mesmo. Então, a seleção selecionava pessoas com perfil, de vez em quando, nem bons alunos eram em termos de matemática, física, português, mas eram bons alunos na parte técnica, porque eles já tinham conhecimento e tinham vontade de melhorar a qualidade de vida e, como se diz, os métodos de trabalho que eles aprenderam dos pais (Entrevistado G1, coordenador).

Se você, pronto, se você pegar os seus dados tem uma turma que vai terminar esse período agora de subsequente de agricultura que é o terceiro período foi uma turma que nós conseguimos 34 e poucas matrículas. Lógico que aí teve uma demandada grande, tá terminando 17. Mas nos últimos quatro anos que eu estou aqui é a maior turma que vai se formar. Aí você pergunta: qual a diferença das outras? Porque o vestibular foi simplificado, foi só por meio de currículo. Aí a galera, veio. Só que ao mesmo tempo, só que essa análise de currículo tem um problema: que é não perceber o perfil da pessoa. Porque, se eu não me engano assim 37, 34, eu sei que mais da metade, 50, 50 e poucos por cento demandaram. Por quê? Porque desses, 50 e poucos por cento são pessoas que não se identificaram com o curso. “Ah, é só entregar currículo: eu vou lá. Assisto duas, três aulas... se não gostar, eu vou embora”. E foi isso que aconteceu. (Entrevistado G1, coordenador).

É perceptível que a forma de seleção necessita de uma modificação com a finalidade de evitar futuras evasões. Assim, se faz necessário exigir mais no processo seletivo para que realmente só sejam aprovados aqueles estudantes que tiraram boa nota nas questões de múltipla escolha, que tiveram feito uma boa redação, e tenham sido aprovados em uma entrevista vocacional, onde os estudantes que não apresentassem aproximação (gosto, interesse, atração, identificação) pelo curso seriam eliminados. Atualmente, o processo seletivo para ingresso nos cursos técnicos é composto apenas pela prova objetiva com 30 questões de múltipla escolha.

Divulgação da seleção - O entrevistado G1 (coordenador) menciona que há um grande trabalho de divulgação dos cursos inclusive com algumas escolas visitando a instituição, com a finalidade de despertar o interesse dos estudantes.

Eu acho que a divulgação nos últimos tempos está sendo até muito bom. Que a gente não tá fazendo mais aquele trabalho só no período do vestibular. No período do vestibular a gente tá fazendo um trabalho mais intenso. Mas tem gente trabalhando por fora aí com outros projetos, né? Que existe aqui dentro da escola, né? Citando o PDVAGRO que traz a escola pra cá. Tem professores que quando tem algum evento traz a escola de Escada, por exemplo, professor xxxxxxx, de vez em quando, traz o pessoal de Escada pra cá, né? Então, existe um trabalho feito permanentemente, tá? Aí no vestibular a gente faz mais intensivo, né? O que como eu falei, o que eu converso com os alunos e também nas comunidades é o seguinte: o pessoal da zona rural tem medo de prova. Elas falam muito isso: “Professor, eu vou fazer o que lá? Primeiro que a prova é paga. Mas tem a isenção, né? Mas a gente fala: não, mas é de graça, não se preocupe, não. Tanto o curso, que eles acham que é pago, como o vestibular, é de graça, ou seja, você só tem que entrar com um processo de isenção, e você não vai pagar nada. “Ah, mas professor, eu vou fazer o quê lá, professor?”; Uma prova,

concorrência. Isso aí parece que desestimula um pouco o aluno (Entrevistado G1, coordenador).

A divulgação mencionada pelo coordenador (entrevistado G1) é chamada de marketing educacional e para Marola et al. (2013) é de grande importância para as escolas, universidades e faculdades, pois estas hoje enfrentam problemas com número de matrículas. De acordo com os autores, nos últimos anos o marketing deixou o segundo plano e passou a ser prioridade no setor de gestão educacional. A sobrevivência de qualquer instituição de ensino sempre será os alunos. Por isso, as instituições estarão sempre buscando novas estratégias para alcançar novos alunos (MAROLA et al., 2013, p. 35).

Política de assistência estudantil - Segundo Daros (2016), grande parte dos Institutos e Universidades Federais têm optado pela chamada "bolsificação da Assistência Estudantil", que nada mais é do que a transferência de renda realizada aos estudantes por intermédio dos auxílios alimentação, transporte, moradia, creche, dentre outros. Em grande parte dos Institutos Federais não há restaurantes, moradias estudantis e outras estruturas para os alunos. O grande desafio é que com o caráter "bolsificador" das ações de Assistência Estudantil, as necessidades dos estudantes sejam atendidas de maneira focalizada e não, universalista. O caráter focalista visa o atendimento emergencial às necessidades dos estudantes, para que estes possam "manter-se" minimamente na cidade em que se situa a instituição de ensino.

A Política de Assistência Estudantil ela tem diversas modalidades e o objetivo fim dela é a permanência e o êxito do estudante. Então, de qualquer forma ela contribui, seja ela com auxílio financeiro, seja com a monitoria, porque isso permite, possibilita o aluno a desenvolver atividades que tá tendo a contrapartida de ter a manutenção dele dos custos, do transporte. Contribui, sim (Entrevistado G5, diretor).

Sem dúvida nenhuma, há casos de muitos jovens aí da zona rural de acesso difícil de vir pra o *campus* que precisam realmente desse apoio financeiro, mas também há casos de jovens que inclusive já trabalham na indústria que também recebem esse apoio financeiro e que não deveriam receber. Se já tem uma remuneração já fixa, mensal. Mas assim, de maneira geral, independente dessas exceções, desses casos, de maneira geral, essa assistência dada, esse recurso financeiro para o jovem de uma situação rural, ele precisa desse apoio, dessas frações de reais aí que ele precisa para xerox, pra transporte, pra alimentação (Entrevistado G4, coordenador).

Porque eu acho que eles são até bem inclusivos que até a gente reclama que muitas vezes a gente acha que alguns alunos não mereceriam receberem essas ajudas, essas né? E recebem. Mas, assim, eu acho que sim, tem sido, eu acho que contribui para eles ficarem aqui, sim, se eles não ficam é por esses outros motivos. Não pela política realmente assistencial que eles recebem que isso aí eu acho que supre, não sei, porque também, nunca me aprofundi com ninguém do setor pra saber como é que tá (Entrevistado G2, coordenador).

A política da assistência estudantil aqui de nosso *campus* é uma das melhores políticas que tem em relação aos outros campi, né? Tirando o Recife. Então, essa política de assistência, consegue captar bastantes recursos e, conseqüentemente, ajudar bastantes

alunos. Então, em relação essa dificuldade financeira, vamos dizer que, lógico que uma bolsa de R\$ 70,00 não vai matar a fome de todo mundo, né? (Entrevistado G1, coordenador).

A Política da Assistência Estudantil do IFPE apresenta-se como um instrumento que visa contribuir com o processo de criação, ampliação e consolidação de programas, projetos e ações que propiciem a permanência do estudante na Instituição. Ou seja, é uma política que tem como finalidade prover os recursos necessários para o estudante superar os entraves do seu desempenho acadêmico, sendo, ainda, um instrumento de fortalecimento de uma formação voltada para o exercício da cidadania (IFPE, 2012, p. 9-10). Assim a política de assistência do IFPE enquadra-se como focalista⁴⁰ visto que a mesma atende a um grupo específico, aqueles estudantes que se enquadram nos critérios pré-estabelecidos.

Incentivo e Motivação - Para Figueiredo e Salles (2017) é no cotidiano da sala de aula que relações são construídas, que os aprendizados mais importantes, sejam eles de natureza cognitiva, social ou moral, acontecem. Cabe ao professor, portanto, pensar o processo de ensino/aprendizagem a partir de uma perspectiva democrática, não excludente, valorizadora das histórias individuais e voltada, sobretudo, para o ser humano.

A gente, como eu falei, é no achismo, a gente conversa com o aluno, entra em sala de aula, pede para os professores ficarem incentivando, conversando (Entrevistado G1, coordenador).

Mas para evasão o fortalecimento dos cursos técnicos a gente pode trabalhar com pedagogia nos projetos, também botar professores que motivem os alunos e são essas as principais causas (Entrevistado G5, diretor).

Silva (2014) destaca a importância da motivação em sala de aula,

Os professores precisam saber motivar os alunos para que eles tenham interesse pelas aulas. As atividades desenvolvidas em sala de aula precisam ser práticas e relacionadas com a vida diária dos alunos, as experiências vividas pelos alunos não devem ser desprezadas pelos professores de modo que o aluno sinta-se valorizado entre os colegas, os exemplos utilizados pelos professores devem ser elaborados durante o planejamento das aulas para que os mesmos sejam adequados para os alunos (SILVA, 2014, p. 19).

⁴⁰Para Kerstenetzky (2006), a focalização, pode ser pensada tanto em termos de políticas redistributivas compensatórias (por exemplo, distribuição de bolsas, de bens e serviços para os mais pobres ou os muito pobres), como de políticas redistributivas estruturais (que envolveriam reformas em profundidade, como a reforma agrária e a reforma tributária, ou ainda uma política agressiva de democratização do acesso ao crédito e à educação de qualidade em todos os níveis, incluindo cursos preparatórios, afetando não apenas a pobreza, mas a iniquidade).

De fato, cabe ao professor perceber tais relações em sala de aula, no entanto, na prática este profissional é impossibilitado de realizar um acompanhamento com os alunos que vai além dos conteúdos programados. Na maioria das vezes a realidade é um professor que trabalha em duas ou três escolas, que não tem tempo para preparar aula, que recebe um salário muito aquém de suas necessidades.

Mudanças na matriz curricular—Todos os entrevistados ressaltaram a importância e a necessidade de uma modificação da atual matriz curricular.

E também a gente tem que mudar um pouco a nossa grade curricular do próprio curso de subsequente. E a gente já tá com essa previsão de esse ano... Aí eu acho que entra a questão da nossa matriz, da nossa grade curricular, da matriz que está ultrapassada. Por isso da possível mudança que a gente tá fazendo realmente. Da possível, não. Tem que fazer. A gente tá vendo que não tá dando muito certo. Isso. Então, a gente vai tentar fazer a mudança do que a gente pode, fazer a mudança da matriz curricular; incentivar o professor a fazer mais práticas; incentivar os alunos. Isso. A gente pode fazer internamente. E externamente tentar fazer a mudança do vestibular. Aí unindo essas duas coisas o curso chamaria mais atenção (Entrevistado G1, coordenador). E também é...alguns cursos hoje do Instituto não têm uma formação prática no início. Isso é uma dificuldade, porque ele ver muita teoria e o subsequente técnico geralmente quer...a gente já tá trabalhando para ver se inverte para ver se coloca as disciplinas práticas no início para tornar o curso mais atrativo (Entrevistado G5, diretor). Uma é a modificação da matriz curricular que é como eu falei agora, as disciplinas do básico descem do primeiro módulo que a gente fizesse uma mescla ou algum tipo de trabalho nesse sentido de mostrar pra eles que ali eles não estão vendo, mas que mais para frente eles tem aquilo, entendesse? Seria apresentado de uma forma assim mais prática do curso. Eu acho que eles vêm muito pensando nisso (Entrevistado G2, coordenador).

De acordo com o projeto pedagógico do curso subsequente em agricultura

O currículo foi elaborado contemplando as competências profissionais fundamentais da habilitação, com foco no perfil profissional de conclusão, prevendo situações que levem o participante a vivenciar o processo de ação-reflexão-ação, a mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades e valores em níveis crescentes de complexidade. Para tanto, a abordagem dos conhecimentos privilegia os princípios da contextualização e da interdisciplinaridade, agregando competências relacionadas com as novas tecnologias, trabalho individual e em equipe e autonomia para enfrentar diferentes desafios do mundo do trabalho com criatividade e flexibilidade (IFPE, 2013, p. 21).

Para Araújo e Santos (2012) a grade curricular pode ser um dos fatores que desencadeiam a evasão dos alunos, para os autores

a escola com currículos desatualizados, que não apresenta o perfil do curso e sua importância para o mercado, falta de apresentação da demanda em empregabilidade na área do aluno, a falta de ações pedagógicas em disciplinas com altas taxas de retenção, a falta de apresentação coerente dos critérios e do sistema de avaliação do desempenho do aluno, a falta de formação didático pedagógica dos professores, professores desmotivados, poucas visitas técnicas, poucas ou nenhuma aula prática, pouca divulgação de vagas de estágio, a falta de parcerias e convênios com empresas

para o estímulo da aprendizagem contextualizada, a falta de estágios e empregos aos alunos, a falta de adequação de plano de carreira do professor, a falta de estrutura na escola, a falta de laboratórios, de equipamentos de informática, de recursos humanos para apoio aos alunos, como psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais, além de apoio e reforço para os alunos com dificuldades (ARAÚJO; SANTOS, 2012, p. 14).

Na proposta de uma grade curricular se faz necessária à inclusão na primeira semana de aulas e palestras de profissionais da área mostrando a atuação deste profissional no mercado de trabalho, além da inserção de disciplinas práticas no primeiro período como de atrair a atenção do estudante.

Investir na agroecologia:

Então, é alguma coisa da agroecologia que hoje é um viés agrícola dentro da agricultura que está chamando muita atenção desses pequenos agricultores, que a maioria da região são pequenos agricultores. E esse nosso curso de agricultura subsequente é uma agricultura mais convencional. Eu acho que a gente tem que fazer essa transição do convencional para... talvez até mudar o nome do curso, realmente, para agroecologia pra chamar mais a atenção desses alunos. A gente tá vendo isso com o SERTA⁴¹. O SERTA⁴² está mostrando isso pra gente. Eles oferecem a cada dois anos e chove gente pra fazer esse curso. Gente de Caicó, do Rio Grande do Norte. Vindo de quatrocentos, quinhentos quilômetros pra vir aqui pra Glória do Goitá, e não vem pra nossa escola (Entrevistado G1).

Segundo Almeida (2012) a Agroecologia representa um conjunto de técnicas e conceitos que surgiram em meados dos anos 70 e visa à produção de alimentos agropecuários mais saudáveis e naturais. Tem como princípio básico, construir uma relação racional com os recursos naturais. Agroecologia é uma forma de produzir os alimentos necessários para as famílias, promover uma condição de vida digna, educação e saúde. Tudo isso interagindo com os recursos naturais das propriedades, garantindo que a atual e futuras gerações possam viver com dignidade.

Mais aulas práticas - As dificuldades das aulas práticas também foram mencionadas pelos entrevistados. Diante das dificuldades de conciliar estudo com trabalho durante o dia o Instituto já ofereceu curso técnico de agricultura à noite, no entanto foram evidenciadas algumas dificuldades, principalmente com as aulas práticas noturnas.

⁴¹A área de atuação está centrada nos princípios do desenvolvimento territorial. O objetivo do SERTA é formar jovens, educadores/as e produtores/as familiares por meio da Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS), metodologia que trabalha com sistemas formais e não-formais de educação na perspectiva de mobilização social e construção de bases tecnológicas e sociais que o desenvolvimento sustentável requer.

⁴² Ver: < <http://www.serta.org.br/site/>>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

Porque a gente não pode chegar de noite e vamos pro campo agora, pegar uma enxada pra ver como é que faz o canteiro. Não dá pra fazer. O professor XXXXX ainda fazia a duras custas com uma lanterna no meio do mato, ali sabe? Mas é perigoso, tem cobra, tem animal. De vez em quando, ele fazia essas loucuras. Mas é muito difícil essa questão da prática pra esses meninos e o curso de agricultura é um curso bem prático, né? (Entrevistado G1, coordenador).

Alguns sim, outros não. Porque a gente sente dificuldade é que na questão das aulas práticas. Então, em algumas áreas é possível você ter mais uma quantidade de práticas em outras não. A agroindústria, por exemplo, eu acho que uma área que nesse sentido está bem à frente, porque eles têm os laboratórios, eles têm as salas, eles conseguem fazer essas práticas. No caso de zootecnia, que a gente precisa de animais e por uma questão financeira, de logística, de um monte de coisas. Então, a gente lida com essa dificuldade. Eu passei agora quase três anos sem chegar nem um lote de pintinhos e com isso não se tem a prática. E, por que não se chega? Licitação, burocracia. É uma questão de razão. Isso dificulta. Então, eu acho que peca nesse sentido, algumas áreas, eu estou falando pelo curso que eu leciono que é Zootecnia. Nesse sentido eu acho que isso pode ser um motivo pelos quais o curso não fique tão atrativo para eles (Entrevistado G2, coordenador).

A relação teoria-prática precisa estar presente em todos os momentos escolares da formação do Técnico em Agropecuária para que haja uma formação integral do indivíduo, tornando-o apto a desenvolver suas atividades profissionais (CIT, 2014).

A partir das falas evidenciaram-se também as dificuldades na execução de aulas práticas devido à infraestrutura ou a falta dela. Na tentativa de amenizar tais dificuldades vale utilizar métodos alternativos para não comprometer a aprendizagem do estudante com esse déficit.

Formação de comissão e trabalho de prevenção da evasão - A respeito da formação de comissão entre os professores e coordenadores para acompanhar o fenômeno da evasão no Instituto, os entrevistados relataram:

Mas já tivemos comissões com professores, mas que nunca conseguiram chegar a um relatório final. Por causa de contratempo, essas coisas, outras atividades. Eu espero que sua dissertação sirva pra isso, pra gente, que nortei pra onde que é como eu falei: tudo é no achismo (Entrevistado G1, coordenador).

Inclusive tem a comissão que a gente participa (kkkkkk) e a gente vem adotando algumas ações como o trabalho de tutoria que a gente vai iniciar agora para ver como é o formato do tutor que a gente vai definir no *campus* e o acompanhamento escolar que é feito pelo setor de pedagogia, pelas psicólogas, prevenindo a evasão porque fazendo esse trabalho de prevenção (Entrevistado G5, diretor).

Para Araújo e Santos (2012) acompanhar o aluno, proporcionando atendimento individual, o contexto, o processo e o tempo destinados a essa trajetória contribuem para a

prevenção bem como a identificação precoce de possíveis problemas que poderiam ser futuros desencadeadores da evasão escolar na educação profissionalizante.

...é que agora eu sei que tem uma comissão trabalhando no *Campus*... é para tratar sobre evasão e retenção desses alunos também que ficam em muitas dependências ou reprovados, realmente, que não passam e não avançam. E o que eu sei até agora, o que foi passado é que eles estão tendo reuniões e estão tentando chegar a um consenso pra que seja passado pra nós (Entrevistado G2, coordenador).

Após a realização do estudo de Cravo (2012) a respeito dos principais motivos de evasão do curso técnico em informática algumas medidas foram tomadas na instituição campo do estudo, como: reuniões mensais, criação de uma planilha contato com os alunos com faltas consecutivas em duas semanas, conversa entre o aluno, o coordenador do curso e a coordenação pedagógica sempre que há a manifestação de desistência do curso, identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso.

Eu acho que a gente deveria no *Campus* Vitória é estudar mais, como a gente está iniciando esse trabalho principalmente nos subsequentes para identificar essas causas. Então, identificando as causas e eu acho que a gente tem que ver se os cursos realmente estão alinhados com o mercado de trabalho, porque na verdade o mercado de trabalho ele é variado. E a gente tem que entender se o Instituto teria a cartilha de cursos “compatível” com as necessidades do mundo profissional (Entrevistado G5, diretor).

Caso acatem a mudança do vestibular pra esse curso subsequente. A gente depois tem que sentar com a PRODEN, com a comunidade e ver qual seria a melhor forma. Só a análise curricular com certeza não é a melhor forma. Uma análise circular, vamos dizer, e uma entrevista. Uma análise curricular e uma comprovação de que ele já tem uma ideia do que é agricultura, alguma coisa quer dizer trazer alguma coisa. Alguma coisa assim. Aí seria, acho que um pouco melhor a seleção. Depois você vai ver os dados lá, que a gente tem essa turma...Aí a PRODEN o que: “vamos parar com o simplificado”. Porque aconteceu isso o pessoal passou a não vir fazer o vestibular. Uma semana antes de fazer o vestibular um cara me mandou e-mail “Professor, quando é que é o processo simplificado?” Olha, ele soube do processo anterior que era só pra trazer o currículo e ele já não fez nem inscrição de vestibular no outro ano esperando para fazer o simplificado. Aí a PRODEN falou: “Não professor, não vamos fazer mais, enquanto a gente não procurar melhorar o processo simplificado, porque os alunos já estão nessa tendência de esperteza de não fazer mais o vestibular, porque vai sobrar vaga, e a vaga a gente vai ter que preencher.” Então eles fazem o processo simplificado. Então, por enquanto, o processo simplificado tá... (Entrevistado G1, coordenador).

É a forma de seleção, por exemplo, as datas, os prazos das seleções, a colocação do vestibular que poderia ser depois dos vestibulares de outras universidades. Por que os alunos passam no vestibular daqui, mas aí também concorrem em outros lugares. Estrategicamente, o Instituto poderia fazer isso pra... (Entrevistado G5, diretor).

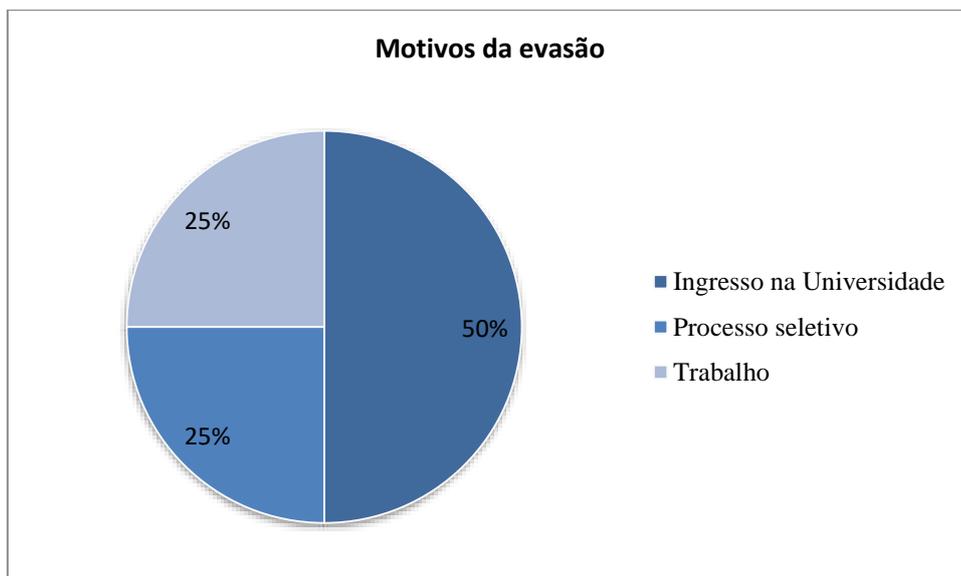
E, eu não sei, se a questão assim que a gente tá revezando professores para não ficar naquela mesmice. A gente se acomoda, eu como professora posso falar, se eu ficar muito tempo com a mesma disciplina eu vou me acomodar será que é isso mesmo e

acho que o revezamento é muito salutar de disciplinas entre os professores. Então, eu acho que isso facilitaria, mas a primeira coisa seria modificar esse primeiro módulo (Entrevistado G2, coordenador).

Entre as armas que podem ser utilizadas contra a evasão está ressaltar a importância que o curso irá trazer para a sua vida profissional e as oportunidades de emprego que surgirão após a conclusão do curso. A oportunidade da melhoria de vida é a grande aliada no combate a evasão, visto que só a educação pode mudar a vida das pessoas.

Assim, as principais causas de evasão consideradas pelos coordenadores encontram-se representadas no gráfico 11.

Gráfico 11 - Principais causas de evasão dos estudantes dos cursos subsequentes, apontadas pelos coordenadores dos cursos



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

O quadro 8 retrata os principais motivos de evasão apontados pelos entrevistados. De maneira geral observa-se que o que coordenadores sabem sobre os motivos de evasão vai ao encontro do que realmente acontece, a partir do confronto das falas dos dois segmentos estudantes e coordenadores fica clara a observância dessa situação.

Quadro 8 - Principais motivos de evasão apontados pelos estudantes e coordenadores entrevistados

| Entrevistados | Motivos |
|---------------|---|
| Coordenadores | 1. Ingresso na Universidade 2. Trabalho 3. Constituição de família 4. Falta de identificação com o curso 5. Dificuldades pessoais |

| | |
|-------------------|--|
| | 6. Dificuldade financeira 7. Faixa etária |
| Estudantes | 1. Ingresso na Universidade 2. Trabalho 3. Doença 4. Faixa etária |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Percebe-se que os coordenadores estão a par dos motivos que levam os estudantes a abandonarem seus cursos, restando assim que o *Campus* possa elaborar uma política de controle dessa taxa de evasão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou identificar os fatores que explicam a evasão escolar nos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - *Campus* Vitória de Santo Antão, no período compreendido entre 2013 e 2017.1.

Em termos substantivos, a educação profissional é a etapa educacional que oferece aos indivíduos a oportunidade de qualificação e formação profissional para que estes possam se inserir mais rapidamente no mercado de trabalho. Nesse sentido, os cursos subsequentes do *Campus* Vitória seguem as recomendações e demandas do setor produtivo local, ou seja, são disponibilizadas vagas nos eixos tecnológicos em consonância com a oferta de emprego dos arranjos produtivos do município de Vitória de Santo Antão. Fato constatado pela grande procura e efetivação de matrículas durante o período estudado.

Mesmo sendo a educação uma garantia contemplada na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, observa-se que esse direito não tem sido pleno, à medida que é constatado o fenômeno da evasão nos diversos níveis de ensino e nas instituições de ensino tanto públicas como privadas. Por isso, a maioria dos pesquisadores destaca a importância do seu estudo a fim de contribuir na proposta de ações que possam minimizar o número de evadidos.

No entanto, descobrir os motivos que levam o estudante a abandonar seus estudos não é tarefa fácil, visto que na maioria das vezes, o abandono não se resume a apenas um motivo e sim um conjunto de situações que o levam a tomar tal decisão. Na verdade, na maioria das vezes, o estudante dá sinais de que vai deixar de frequentar o curso. Portanto, é preciso que a instituição esteja atenta antes que esse processo se concretize.

Esta investigação passou por um minucioso levantamento para se construir um banco de dados a fim de atender aos objetivos específicos desta pesquisa: estimar a taxa de evasão por curso; caracterizar o perfil dos estudantes evadidos; identificar a percepção dos gestores escolares sobre as principais causas da evasão e compreender as motivações que levam os alunos a abandonarem os estudos.

A partir deste estudo foi possível fazer um diagnóstico da evasão que nos mostra que em média (12,10%) dos estudantes abandonam o curso por semestre. O ano/semestre que apresentaram maior evasão foi em 2013.1 com 28 alunos desistentes no curso de Agroindústria e o de menor número de desistentes foi no curso de Agricultura nos anos/semestres de 2013.1 e 2015.1 (n=1).

A taxa média das 31 turmas analisadas foi de (38,90%), a maior média foi o ano de 2014.1 (62,86%) e a menor em 2016.1 (20,30%). Foi possível, também, computar a taxa de evasão por curso: Agroindústria (43,41%); Zootecnia (37,28%) e Agricultura com (31,34%). Estes dados revelam uma elevada taxa de evasão que requer atenção por parte da instituição, uma vez que é preciso encontrar alternativas para que sejam reduzidos estes valores e minimizados seus impactos.

Outra particularidade observada em relação à evasão refere-se ao período com maior incidência de abandono, pois se verificou que em todos os cursos os casos de evasão são maiores ao final do primeiro semestre letivo, ou seja, os alunos abandonam a formação técnica no início dos cursos, tendo frequentado parcial ou integralmente apenas o primeiro período.

Através das entrevistas realizadas com o grupo da gestão e coordenadores foram apresentadas como principais causas da evasão o ingresso na universidade, trabalho, constituição de família, falta de identificação com o curso, dificuldades pessoais, dificuldade financeira e a faixa etária. Enquanto que, segundo os estudantes evadidos, entre os motivos que os motivaram a abandonarem o curso estão ingresso na universidade, o trabalho, doença e a faixa etária. Percebe-se assim certa consonância na definição dos gestores com os discentes evadidos visto que as razões apontadas por ambos os grupos coincidiram.

Dentre os aspectos constatados nas entrevistas nos chama à atenção a constatação de que 67% dos evadidos não foram contemplados com o programa de bolsa permanência, suscitando a necessidade de se rever à política de acesso ao programa estudantil adotado pelo Instituto Federal de Pernambuco, talvez este indicador nos direcione na perspectiva de se realizar uma melhor distribuição desses recursos. Outra situação abordada é relativa ao processo seletivo para ingresso nos cursos da instituição que, atualmente, é Unificado para todos os *Campi*, mas que foi apontado pelos coordenadores como fator significativo para a evasão já que tem selecionado o público alvo que não tem o perfil para os cursos em evidência.

A problemática da evasão foi identificada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2012, após isso foi instituído pelo Acórdão nº 506/2013, entre a SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais, a realização de um levantamento diagnóstico, a fim de identificar estudantes com maior propensão à evasão na Rede Federal. No entanto, apenas a partir de 2015, foi orientada a elaboração dos planos institucionais de permanência e êxito com a finalidade de realizar um diagnóstico quantitativo-qualitativo, nos cursos ofertados pela Rede, das causas de evasão e, por conseguinte, a previsão de metas e estratégias para combatê-la.

Nesse sentido, baseado no Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é que o IFPE instituiu seu Programa de Acesso, Permanência e Êxito (PROIFPE), com ações que envolvem práticas cidadãs e inclusivas. A Comissão responsável pelo Acompanhamento do Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do *Campus* Vitória tem se reunido regularmente para tratar de assuntos relacionados ao tema, no entanto, as reuniões iniciais tem se debruçado sobre o grande número de retenções/reprovações nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, fator concorrente para o aumento da evasão.

Na tentativa de combater a evasão dos cursos técnicos a instituição pode modificar o processo seletivo, exigindo a vivência no campo para alguns cursos, elaborar um plano-ação com a finalidade de periodicamente trabalhar com os estudantes as principais dificuldades enfrentadas pelos mesmos para a sua permanência no curso, ampliar e revisar a oferta da bolsa permanência, assim como melhorar a comunicação dentro do *Campus*.

Diante da abordagem desse estudo fica perceptível que a evasão é um fator preponderante dentro do *Campus*. Assim se faz necessário que a instituição atente para um acompanhamento mais sistemático dos evadidos e que defina planos estratégicos e ações administrativas e pedagógicas que contribuam para a permanência e êxito em todos os níveis e modalidades ofertadas pela Instituição.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. Ensino Médio: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, MEC, 2003. ALMEIDA, J. A. F. et al. **Agroecologia**. Ilhéus: Ceplac/Cenex, 2012.

ANDREOLLA, F. O abandono aos cursos do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC): um estudo de caso. In: **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO**, 10., 2014, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPED, 2014. p. 1-19.

ARAÚJO, C. F.; SANTOS, R. A. A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO UNIVERSIDADE INDÚSTRIA**, 4., 2012, Taubaté, SP. Disponível em: <http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf525.pdf>. Acesso em 01 de dez. 2017.

ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania In: BUFFA, Ester. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ASENJO, W. J.; ASTICA, M. G. Estudio de La exclusión educativa y abandono em La enseñanza secundaria em algunas instituciones públicas de Costa Rica. **Revista Electrónica Educare**, v. 17, n. 1, p. 105-128, 2013.

AZEVEDO, F. V. M. Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na Escola Municipal “Espedito Alves”. **FAL- Rio Grande do Norte, Angicos**, v. 2. N. 13, p. 31-38, mai, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 2006. Tradução de REGO, A. L.; PINHEIROS, A. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. ed. 70, Lisboa, 2002. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BORJA, I. M. F. S.; MARTINS, A. M. O. Evasão escolar: desigualdade e exclusão social. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 15, n. 23, p. 01-104, jan./jun. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 27 de nov. 2017.

_____. **Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em 07 de abril de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.PDF>>. Acesso em 05 jun 2018.

_____. Ministério de Educação e Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira**: Congresso Nacional, 1996.

_____. **Planejando a última década: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação**. MEC/SASE, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Data de acesso: 10 de fev. de 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar de 2014/2015**. Brasília, 2015. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulgadados-ineditos-so>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programa de Governo. **Relatório de auditoria da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica**. 2012. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BUENO, J. L. O. **A evasão de alunos**. Ribeirão Preto: Paidéia, n.5, p. 9- 16, 1993.

CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília – DF, v. 57, n.5, p. 611–614, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

CAMPOS, R. K. N.; SANTANA, G. C. Fatores e motivos da evasão escolar no Curso Técnico Subsequente De Manutenção E Suporte Em Informática do IFS – *Campus* Itabaiana. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. p. 3260-3270.

CARLOMAGNO, M.; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política** – recp, v. 7, p. 173–188, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

CARNETI, L. A. B.; NAPP, C. Relação teoria e prática no curso técnico em agropecuária do IFRS – *Campus Sertão*. In: Seminário Regional E Fórum De Educação Do Campo, 1., 2013, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria: UFSM, 2013.

CASTRO, L. P. V.; MALACARNE, V. Evasão escolar: um estudo nas licenciaturas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UIOESTE, Universidade Estadual de Maringá, 2011.

CIT, L. H. A. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE Produções Didático-Pedagógicas**. 2. ed. Paraná: secretaria de educação do Paraná, 2014.

COSTA, R. L.; SANTOS, J. C. A evasão em cursos técnicos a distância. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 66, p. 241-256, 2017.

CRAVO, A. C. Análise das causas da evasão escolar do curso técnico de informática em uma faculdade de tecnologia de Florianópolis. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 5, n. 2, p. 238-250, 2012.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Designing and conducting mixed methods research**. 2. ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2011.

CRUZ, A. P. **Evasão nos cursos técnicos profissionalizantes: uma análise das principais causas e identificação de perfil dos alunos evadidos do Senac Sete Lagoas-2013**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional de Administração)-Fundação Pedro Leopoldo, Minas Gerais, 2013.

DAL RI, N. M. Prefácio. In: DETREGIACHI FILHO, E. **A evasão escolar na educação tecnológica: o embate entre as percepções subjetivas e objetivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DAROS, M. A. Assistência estudantil e a evasão escolar no IFSP: elementos para reflexão. **Conex. Ci. eTecnol**, v. 10, n. 1, p. 32 - 43, 2016.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de pesquisa**, v. 41, n. 144, set./dez. 2011.

ENTREVISTADO G1. **Causas da Evasão**: depoimento. [nov. 2017]. Entrevistador: COSTA, Elivânia Ferreira da. Vitória: IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão, 2017.

ENTREVISTADO G2. **Causas da Evasão**: depoimento. [nov. 2017]. Entrevistador: COSTA, Elivânia Ferreira da. Vitória: IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão, 2017.

ENTREVISTADO E3. **Motivações da Evasão**: depoimento. [nov. 2017]. Entrevistador: COSTA, Elivânia Ferreira da. Vitória: IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão, 2017.

ENTREVISTADO G4. **Causas da Evasão**: depoimento. [nov. 2017]. Entrevistador: COSTA, Elivânia Ferreira da. Vitória: IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão, 2017.

ENTREVISTADO G5. **Causas da Evasão**: depoimento. [nov. 2017]. Entrevistador: COSTA, Elivânia Ferreira da. Vitória: IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão, 2017.

ENTREVISTADO E6. **Motivações da Evasão:** depoimento. [nov. 2017]. Entrevistador: COSTA, Elivânia Ferreira da. Vitória: IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão, 2017.

ENTREVISTADO E7. **Motivações da Evasão:** depoimento. [nov. 2017]. Entrevistador: COSTA, Elivânia Ferreira da. Vitória: IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão, 2017.

ENTREVISTADO E8. **Motivações da Evasão:** depoimento. [nov. 2017]. Entrevistador: COSTA, Elivânia Ferreira da. Vitória: IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão, 2017.

ENTREVISTADO E9. **Motivações da Evasão:** depoimento. [nov. 2017]. Entrevistador: COSTA, Elivânia Ferreira da. Vitória: IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão, 2017.

ENTREVISTADO E10. **Motivações da Evasão:** depoimento. [nov. 2017]. Entrevistador: COSTA, Elivânia Ferreira da. Vitória: IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão, 2017.

ESPÍNOLA, F. A. L. **Fatores determinantes da evasão escolar no Ensino Médio.** 2010. Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2010.

FERREIRA, F. A. 2013. **Fracasso e Evasão Escolar.** Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/fracasso-evasao-escolar.htm>>. Acesso em 05 nov. 2017.

FIGUEIREDO, K. N. R. W. A. **Evasão Escolar: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Porto Nacional.** 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7178>>. Acesso em 20 de junho de 2018.

FIGUEIREDO, N. G. S.; SALLES, D. M. R. **Análise dos fatores geradores de evasão no curso técnico em telecomunicações do CEFET – RJ/UNED Petrópolis: uma reflexão sobre qualidade em Educação Profissional.** 2014. Dissertação (Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense Niterói, 2014.

FINI, R.; DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... um debate multifacetado. In: **Formação/Profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica fundamentos e reflexões contemporâneas.** Daizy Moreira Cunha ET AL. (orgs). Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2013.

FRIGOTTO, G. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico.** Org. Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUGELMIN, L. **Evasão escolar na educação profissional: diagnóstico dos cursos técnicos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco.** 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, 2015.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito & desafio, uma perspectiva construtivista**. 43. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO - IFPE. **Plano de desenvolvimento institucional 2014–2018**. Recife: IFPE, 2015. Disponível em: <<http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/pdi/pdi-completo-2014-2018.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

_____. **Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco**. Recife: IFPE, 2016.

_____. **Manual do Candidato – IFPE Vestibular 2018.2**. Disponível em: <https://cvest.ifpe.edu.br/vestibular2018_2/arquivos/Manual_do_Candidato_2018_2_Retifica_do_em_06_06_2018.pdf>. Acesso em 08 jun. 2018.

_____. **Organização Acadêmica do IFPE – 2014**. Recife, 2014. 88 p.

_____. **Proposta da Política de Assistência Estudantil**. Recife, PE, 2012. 38 p.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura Subsequente ao Ensino Médio**. Vitória de Santo Antão, PE, 2013. 66 p.

_____. **Política de Assistência Estudantil**. Recife, 2012. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/Campus/paulista/assistencia-estudantil/politica-de-assistencia-estudantil-anexo-da-res-21_2012-proposta-da-politica-aprovada-pelo-consup-26_03_12.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

JANZ, N. Bringing the gold standard into the classroom: replication in university teaching. **International Studies Perspectives**, 2015.

JOHANN, C. C. Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense: um estudo de caso no *Campus* Passo Fundo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, 2012.

KING, G. Replication, replication. **Political Science and Politics**, n .28, p. 443-499, 1995.

LAHIRE, B. As Origens da Desigualdade Escolar. In: **Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural**. Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (org.); Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOPES, N. **Como combater o abandono e a evasão escolar**. **Revista Nova Escola**. 2010. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/como-combaterabandono-evasao-escolar-falta-alunos-abandono-acompanhamento-frequecia-551821.shtml>. Acesso em: 27 de maio 2018.

MACHADO, M. R. L.; MOREIRA, P. R. Educação profissional no Brasil, evasão escolar e transição para o mundo do trabalho. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

- MARCHESI, Á.; PÉREZ, E. M. A Compreensão do Fracasso Escolar. In: **Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural**. Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (org.); Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MARIN, A. J. Com o olhar nos professores: desafios para o enfrentamento das realidades escolares. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 44, p. 8 – 18, 1998.
- MAROLA, D. C. et al. **Marketing educacional: ETEC “Escola Técnica Estadual De Lins” Lins – SP**. 2013. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, UNISALESIANO, 2013.
- MATTA, C. H. et al. Análise dos fatores envolvidos na evasão escolar dos cursos técnicos do IF Sudeste MG do *Campus Santos Dumont*. In: Congresso Nacional de Educação, 4., 2016, Natal. *Anais...* Natal: Editora Realize, 2016.
- MEIRA, C. A. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo**. 2015. Dissertação (Pós Graduação em Gestão Pública)-Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, 2015.
- MOREIRA, P, R. **Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- NARCISO, L. G. S. **Análise da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Arinos: exclusão da escola ou exclusão na escola?** 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis.
- OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ)**, n. 1, p. 89-110, 2010.
- PARANHOS, R. et al. A importância da replicabilidade na Ciência Política: O Caso do SIGOBr. **Revista Política Hoje**, v. 2, n. 22, p-213-229, 2014.
- PERRENOUD, P. A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- RUMBERGER, R. W. Dropping out of middle school: a multilevel analysis of students and schools. **American Educational Research Journal**, v. 32, n. 3, p. 583-625, 1995.
- SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L.; DORE, R. Educação profissional e evasão escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 3., 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Rimepes, 2013.
- SCHARGEL, F. P; SMINK, J. **Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão**. Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

SILVA, A. H.; FOSSA, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s(UEPB)**, v. 17, p. 1–14, 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>>. Acesso em: 28 de abril de 2018.

SILVA, A. H. **Rituais corporativos como estratégia de legitimação dos valores organizacionais em empresas familiares**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

SILVA, H. F. As causas da evasão escolar: um estudo de caso numa unidade de ensino da rede municipal de Itupiranga - Pará nos anos de 2013 e 2014. In: Congresso Nacional de Educação, 12., 2015, Paraná. **Anais...** Paraná: PUC, 2015, p. 26740-26752.

SILVA, T. L. **Baixa taxa de conclusão dos cursos técnicos da Rede Federal De Educação Profissional E Tecnológica: uma proposta de intervenção**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SILVA, W. A.; DORE, R. O programa de educação profissional de Minas Gerais e a evasão escolar: um estudo preliminar. **Revista UEMF**, v.18, n. 14, p.75-95, 2011.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

SOARES, G. T. M. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015.

SOUZA, J. A. S. **Permanência e Evasão Escolar: um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Profissional**. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2014.

SPRATT, C.; WALKER, R.; ROBINSON, B. Mixed research methods. Practitioner Research and Evaluation Skills Training in Open and Distance Learning. Commonwealth of Learning, 2004.

Disponível em: <http://www.col.org/SiteCollectionDocuments/A5.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2013.

STEARNS, E.; GLENNIE, E. J. When and why dropouts leave high school. **Youth & Society**, v. 38, n. 1, p. 29-57, 2006.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. 2011. Disponível em: <www.anped.org.br> Acesso em: 26 nov. 2017.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, L. M. **Evasão escolar nas instituições de ensino superior**. 2013. Disponível em: <<http://www.cartaconsulta.com.br/espacodocoordenador>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: <http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2015.

ZAGO, N. Do acesso à permanência na Educação Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**.v.11, n. 32, p. 226-237, 2006.

WOOLLEY, G. The assessment of reading comprehension difficulties for reading intervention .Australian.**Journal of Learning Difficulties**, v.13, n. 1, p. 51-62, 2008.

YIN, R. K.**Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ALUNO EVADIDO

Identificação da entrevista

Autorização nº _____ Data: _____ ID áudio: _____

Local: _____

Duração: _____

Parte 1 - Dados do entrevistado:

1. Qual a sua idade? _____
2. Sexo: () masculino () feminino
3. Onde você mora? Zona urbana () zona rural ()
4. Qual seu estado civil? _____
5. Você tem filhos? () sim () não
6. Atualmente você: (ler as opções)
() só estuda () trabalha e estuda () outra atividade? _____
7. Em que ano (semestre) você se matriculou na Instituição? _____
8. Em qual turno você estudou o curso técnico subsequente?
() manhã () tarde () noite
9. Em qual período você deixou de frequentar as aulas?
() primeiro () segundo () terceiro
10. Você entrou como cotista? () sim () não
11. Você veio de Escola Pública () Sim () Não
12. Qual o nível de escolaridade de seus pais? _____
13. Qual a renda média de sua família em salários mínimos?
() até 1; () de 1 a 2; () de 2 a 5; de () 5 a 10; () não sei informar
14. Você cursou até que período? () primeiro () segundo () terceiro

Parte 2 – Opinião do entrevistado sobre algumas questões do fenômeno da pesquisa:

1. O que incentivou você a escolher o curso técnico subsequente para estudar?

2. Você chegou a frequentar as aulas? Teve contato com as disciplinas oferecidas pelo curso? Ou apenas fez a matrícula e abandonou a Instituição?
3. Quais foram as dificuldades encontradas durante o curso que favoreceram sua desistência?
4. Você teve acesso a algum dos programas oferecidos pela Assistência Estudantil, como por exemplo, bolsa permanência?
5. Em sua opinião, o que deveria melhorar no curso subsequente para diminuir o número de alunos evadidos?
6. Sua desistência do curso levou você a perder alguma oportunidade de emprego?
7. Você retornaria para a Instituição para finalizar o curso?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – COORDENADOR DE CURSO E GESTOR

Identificação da entrevista

Autorização nº _____ Data: _____ ID áudio: _____

Local: _____

Duração: _____

Parte 1 – Breve apresentação do entrevistado:

- Nome, cargo, regime de trabalho, atribuições, tempo de experiência na área técnica.

Parte 2 – Opinião do entrevistado sobre algumas questões do fenômeno da pesquisa

1. Na sua opinião, quais as principais causas da evasão nos cursos técnicos subsequentes oferecidos pelo *Campus* Vitória de Santo Antão?
2. E quais as medidas que você considera que seriam possíveis de serem adotadas para reduzir a evasão?
3. Na sua percepção, quais as principais dificuldades enfrentadas pelo aluno para permanência e conclusão do curso?
4. Você tem conhecimento sobre as ações adotadas pelo **campus** para prevenir a evasão?
5. Como você vê as condições de infraestrutura disponibilizada para o curso (salas de aula, biblioteca, laboratórios, acervo bibliográfico, equipamentos e outros).
6. Você acha que a Política de Assistência Estudantil do IFPE, através de seus programas, tem contribuído para que os discentes continuem matriculados nos cursos?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO – ENTREVISTADO (A)

Eu, Elivânia Ferreira da Costa, estou realizando uma pesquisa acerca do retrato da evasão escolar dos Cursos Técnicos Subsequentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Vitória de Santo Antão. Esta pesquisa faz parte da minha dissertação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, junto à Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do professor Dalson Britto Figueiredo Filho.

A participação nesta pesquisa, como entrevistado, não oferece risco ou prejuízo a pessoas. Se no decorrer da entrevista o/a participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Comprometo-me a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que eventualmente o/a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (81) 98501-6084 ou, ainda, por e-mail – elivania.costa@vitoria.ifpe.edu.br.

O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa e nem receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu,....., concordo em participar desta pesquisa?

() sim () não

Concordo com a gravação da entrevista?

() sim () não

Data: _____

Assinatura do Participante

Assinatura do pesquisador

(Elivânia Ferreira da Costa)